



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**



**MONOGRAFIA**

**A MINERAÇÃO E O SEU CARÁTER RACIAL:**  
**UMA ANÁLISE DO PERÍODO COLONIAL À CONDIÇÃO DE**  
**CAPITALISMO DEPENDENTE**

Roberta Ramos Sacramento

Mariana-MG  
2021

ROBERTA RAMOS SACRAMENTO

**A MINERAÇÃO E O SEU CARÁTER RACIAL:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO COLONIAL À CONDIÇÃO DE  
CAPITALISMO DEPENDENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Kathiúça Bertollo

MARIANA-MG  
2021

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S123m Sacramento, Roberta Ramos .

A mineração e o seu caráter racial [manuscrito]: uma análise do período colonial à condição de capitalismo dependente. / Roberta Ramos Sacramento. - 2021.

65 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo - Aspectos sociais. 2. Escravidão - Minas Gerais. 3. Minas e recursos minerais - Minas Gerais. 4. Negros - Minas Gerais. 5. Racismo - Minas Gerais. I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.12

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário ICSAUFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Roberta Ramos Sacramento

A MINERAÇÃO E O SEU CARÁTER RACIAL: uma análise do período colonial à condição de capitalismo dependente

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 12 de agosto de 2021

### Membros da banca

Doutora - Kathiúça Bertollo - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Doutora - Juliana Benício Xavier - (Universidade do Estado de Minas Gerais)  
Mestra - Isis Silva Roza - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Kathiúça Bertollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/08/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Kathiúça Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/08/2021, às 07:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0208726** e o código CRC **2B5852B3**.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso de Serviço Social é um estudo bibliográfico que aborda a mineração na região do quadrilátero ferrífero mineiro, dando ênfase mais especificamente ao município de Mariana, do período colonial ao tempo presente. Tem como objetivo geral refletir como a questão racial se configurou no período colonial e como se configura atualmente sob o contexto de capitalismo dependente na atividade produtiva da mineração na região do quadrilátero ferrífero. O percurso realizado identifica as amarras do racismo nessa sociabilidade que historicamente exclui e superexplora o povo negro na atividade produtiva da mineração excluindo-o e privando-o de acesso aos seus direitos, bem como das condições mais elementares de sobrevivência.

**Palavras - chave:** Mineração; Escravismo; Racismo; Capitalismo Dependente; Povo Negro.

## **ABSTRACT**

The present work at the end of Social Service is a bibliographical study that addresses mining in the region of the iron ore quadrangle in Minas Gerais, emphasizing more specifically the municipality of Mariana, from the colonial period to the present time. Its general objective is to reflect on how the racial issue was configured in the colonial period and how it is currently configured under the context of capitalism dependent on the productive activity of mining in the region of the Iron Quadrangle. The path taken identifies the shackles of racism in this sociability that historically excludes and overexploits black people in the productive activity of mining, excluding them and depriving them of access to their rights, as well as the most elementary conditions of survival.

**Keywords:** Mining; Racism; Dependent Capitalism; Black People.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>CAPÍTULO I - A MINERAÇÃO NA REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO NO PERÍODO COLONIAL</b>	13
1.1 A condição de Brasil colônia	13
1.2 A escravização de negros e negras como forma de organização da vida social e econômica na região atualmente chamada de quadrilátero ferrífero mineiro.	22
<b>CAPÍTULO 2 - A MINERAÇÃO NA REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO SOB OS MARCOS DO CAPITALISMO</b>	34
2.1 O modo de produção capitalista enquanto modo de produção hegemônico no globo.	36
2.2 A condição de dependência e superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora negra	42
<b>CAPÍTULO 3 - RELATO DE UMA MULHER NEGRA, MARIANENSE E PERTENCENTE À CLASSE TRABALHADORA: SEM EMPREGO O QUE FAREMOS?</b>	56
<b>CONCLUSÃO</b>	60
<b>REFERÊNCIAS</b>	63

## INTRODUÇÃO

O presente estudo manifesta-se da necessidade de pesquisar e conhecer mais aprofundadamente a relação entre mineração e questão racial, refletindo como ocorreu e ocorre o processo da extração mineral no quadrilátero ferrífero, com destaque para o município de Mariana-MG.

O interesse pelo estudo desta temática vai para além de algo pessoal, eu enquanto mulher negra, pertencente a classe trabalhadora, nascida e criada por estas terras sempre tive comigo a crescente indagação e interesse em saber da formação e organização do povo negro<sup>1</sup> principalmente, pelo fato que no ano de 2020, a minha família paterna, que é composta totalmente por negras e negros, ter feito um teste de ancestralidade com a única irmã viva do meu avó paterno, e neste foi constatado com 78% que somos descendentes da população de Benin país da região ocidental da África que fora uns dos maiores negociadores comerciais de Portugal durante o período colonial. Sem sombra de dúvidas, minha bisavó e meu bisavô paternos nasceram após a recente lei de abolição da escravidão “Lei Aurea”, na região hoje conhecida como Ouro Preto-MG.

Essa pesquisa parte de uma inquietação que tenho já há algum tempo. Sendo Mariana<sup>2</sup> uma cidade marcada e construída durante o século XVII, com todo o processo de produção mercantil da época marcado pela escravização do povo negro, gostaria, portanto de identificar e expor as amarras que tanto limitam o povo negro na sociedade, compreendendo a historicidade da produção da vida material em épocas diferentes e a determinação da existência como a forma de ser da realidade.

O serviço social me proporcionou, através de leituras e debates em sala de aula momentos de grande aprendizagem e de desmistificação de uma dura realidade, ensinamentos que levarei e irei transferir enquanto profissional.

Tantas informações despertaram ainda mais o interesse já existente sobre o estudo do passado e do presente, tendo total compreensão que este estudo é, antes de mais nada, para mim, uma busca sobre a história que tão pouco sei mas que muito quero conhecer. Aqui é somente o ponto de partida nas inúmeras descobertas e conhecimentos que ainda terei, principalmente tendo em vista que este trabalho é antes de mais nada, um rompimento com minhas próprias barreiras e limitações - sendo de fato a primeira vez

---

<sup>1</sup>Saliento que irei utilizar no decorrer do texto o uso deste termo para me referir as mulheres e homens negros.

que realizo um estudo como este - me instigando e fazendo entender o quanto preciso me inserir em espaços de luta.

Ressalto ainda que é cada vez mais necessário que tragamos a questão etno-racial para o debate para que seja possível avançarmos em direção a superação da naturalização das barbáries impostas pelo capitalismo.

Este estudo é de fundamental importância para os tempos atuais, em que estamos passando por muitos retrocessos, perdas de garantias, - de direitos historicamente conquistados. Diante disso, é mais do que necessário lutar por uma sociedade igualitária, que consiga captar a realidade e explicá-la, visto que, uma grande frente de oposição para os retrocessos é a capacidade dos sujeitos entenderem a sociabilidade em que vivem, onde muitas vezes até isso é negado para as maiorias. Só é capaz de compreender a realidade aquele sujeito que possui consciência da sua condição enquanto classe social, classe trabalhadora, e acesso a informações sobre seus direitos.

É de extrema importância que se faça a ligação da relevância deste estudo para o serviço social e para a atuação das/os assistentes sociais, entendendo que o preconceito racial imbricado em nossa sociedade possui uma relação direta com a “Questão Social”<sup>2</sup>. A grande desigualdade, presente no Brasil e também no mundo, decorrente da vigência do modo de produção capitalista faz com que seja claramente perceptível as grandes mazelas sociais. Assim como a América Latina a África também sofre com a exploração realizada pelos países de capitalismo central, pelo fato de serem continentes ricos em bens naturais e contraditoriamente, sua população, em escala gigantesca, é pobre e miserável, ou seja, superexplorada. Vivemos em uma sociedade movida pelos interesses de uma pequena parcela que usufrui daquilo que é produzido pelo restante, ou seja, pela maioria.

Na realidade brasileira e de todo continente latino-americano a pobreza/o pauperismo é a expressão mais latente da “Questão Social” devido a sua condição de dependência, pois de acordo com Marini (2005) tudo o que é produzido é em prol de garantir benefícios para os grandes centros imperialistas.

é fundamental, caso se queira entender como atual a lei geral da acumulação capitalista, ou seja, porque se produz a polarização crescente de riqueza e miséria no seio das sociedades em que ela opera. E nessa perspectiva, e

---

<sup>2</sup> “O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando-se potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo. (Netto, 2001, p. 45)

somente nela, que os estudos sobre a chamada marginalidade social podem ser incorporados à teoria marxista da dependência; dito de outra maneira, somente assim esta poderá resolver teoricamente os problemas colocados pelo crescimento da superpopulação relativa com as características extremadas que apresenta nas sociedades dependentes (...) (MARINI, 2005, p. 33).

Existe a naturalização das expressões da “questão racial”, dando respostas à estas de forma focalizada e com grande repressão - diretamente ligado ao avanço neoliberal. Temos ainda a responsabilização do indivíduo às mazelas a que está sujeito onde o problema social é dado como o problema do indivíduo - perdendo a sua dimensão coletiva.

Trazer este estudo para o curso de Serviço Social bem como para a Universidade Federal de Ouro Preto, é sem sombra de dúvidas, um maior conhecimento da realidade da cidade a qual o curso está presente e que tem uma população que é majoritariamente negra. Principalmente se levarmos em consideração o maior crime ambiental ocorrido no Brasil, que afetou e afeta diretamente a população marianense desde o ano de 2015, onde de acordo com Wanderley (2015, p.4):

(...) há uma tendência de intensificação do predomínio de população negra quanto maior a exposição às situações de riscos relacionadas à proximidade com a exploração mineral de ferro e das barragens de rejeito da Samarco. Bento Rodrigues com uma população 84,3% negra se encontrava a pouco mais de 6 km da barragem de rejeito rompida; Paracatu de Baixo com 80% se situava a pouco mais de 40 km a jusante da barragem (seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte); o povoado de Gesteira afastado aproximadamente 62 km da barragem apresenta 70,4% da população negra, cidade de Barra Longa com 60,3% da população negra dista cerca de 76 km da barragem aproximadamente. Foram, sobretudo, estas comunidades<sup>3</sup> negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos.

A realidade que nos rodeia é complexa e cheia de pressupostos históricos. O preconceito racial por sua vez é algo estrutural e fundamental na condição de subordinação da população negra, que precisa dia após dia ecoar gritos por sobrevivência.

Com o presente estudo, entendo que seja possível que se faça uma maior vinculação da “questão social” e suas expressões ao fato teórico-histórico. Destaco ainda que não há muitas pesquisas que abordem este tema no Repositório da CAPES, enfatizando ainda mais a importância de estudos como este.

---

<sup>3</sup> Mariana foi a primeira cidade de Minas Gerais, “descoberta” em 16 de julho de 1916. Disponível em: <<https://www.mariana.mg.gov.br/historico>> Acesso em: 26 Julho 2021.

É cada vez mais necessário que se faça um estudo da “questão social” vinculado a um estudo também étnico-racial, apreendendo a realidade brasileira, as desigualdades, isto é, que se pautem as determinações da formação sócio-histórica.

Entidades representativas dos profissionais do serviço social, ABEPSS<sup>4</sup> e conjunto CFESS/CRESS<sup>5</sup>, afirmam que, considerando a formação social brasileira, a importância do debate racial e combate ao racismo enquanto defesa da profissão, atentando ao projeto ético-político da profissão, na luta por uma sociedade democrática voltada aos interesses da classe trabalhadora, alinhando-se às lutas do povo.

Com isso, deste estudo, parte-se da seguinte questão norteadora: Como a questão racial se configurou no período colonial e como se configura no capitalismo na atividade produtiva da mineração na região do quadrilátero ferrífero?

Diante disso, a pesquisa tem os seguintes objetivos: Identificar a forma pelo qual a questão racial é determinante e um dos estruturantes da mineração na região do quadrilátero ferrífero; compreender acerca da relação de dependência latino-americana em relação aos países de capitalismo central; refletir acerca de como o trabalho acontecia quando da requisição dos negros e negras escravizadas e como o trabalho acontece quando da requisição de trabalhadores e trabalhadoras assalariados na mineração na região do quadrilátero ferrífero.

A pandemia da COVID-19<sup>6</sup> afetou inclusive a produção desta pesquisa que teve seu início em fevereiro deste ano, devido ao curto semestre da universidade. O Novo Coronavírus além de adoecer a todos pela contaminação, também nos adocece psicologicamente devido aos acontecimentos na realidade brasileira com este desgoverno que, condena e assassina a classe trabalhadora cotidianamente.

---

<sup>4</sup> ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social é uma entidade Acadêmico Científica que tem por objetivo coordenar o projeto de formação profissional. Disponível em: Acesso em: 26 de julho de 2021.

<sup>5</sup> O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Disponível em: Acesso em: 26 de julho de 2021.

<sup>6</sup> O Novo Coronavírus, é um vírus altamente contagioso. Os primeiros casos foram registrados em novembro de 2019 na China. O mundo entrou em alerta e o Brasil adotou medidas de isolamento social em março de 2020. Com o alto índice de contaminação houve colapso nos atendimentos hospitalares e no Sistema Único de Saúde-SUS. Hoje no Brasil já são mais de quinhentas mil mortes.

Dando destaque para o estudo da questão racial e mineração, a presente pesquisa acontece na forma bibliográfica, inclusive pelas limitações metodológicas que a pandemia da COVID-19 nos impõem.

Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266),

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Para tanto, utilizarei artigos científicos com devido reconhecimento acadêmico, além de trabalhos de conclusão de curso da UFOP e teses de doutorado da mesma, e de outras universidades, além de livros e documentos históricos.

A organização do trabalho apresenta a seguinte forma: dois capítulos, sendo o Capítulo 1: A mineração na região do quadrilátero ferrífero no período colonial. É feito neste primeiro momento um resgate histórico a partir do fato divulgado como “descobrimento”, a requisição da força de trabalho condicionada à escravização, a produção da cana de açúcar, destacando o trabalho na sociabilidade em questão. Logo após discorreremos sobre a descoberta do ouro e as relações desse dado momento histórico até a abolição da escravidão. Capítulo 2: A mineração na região do quadrilátero ferrífero sob os marcos do capitalismo. Abordaremos sobre o modo de produção capitalista em vigência no mundo mas dando ênfase ao capitalismo e suas particularidades na América-latina e sua condição de dependência. Avançando mais um pouco, desenvolvemos sobre a mineração do minério de ferro e como as condições do racismo estão presentes desde o período colonial nas relações de trabalho, pautando a superexploração da força de trabalho, a precarização do trabalho e os baixos salários. Após este percurso será explicitado um relato sobre minhas percepções acerca da temática em estudo, principalmente neste período pandêmico que afeta de forma tão direta a classe trabalhadora.

É preciso que haja, portanto, uma compreensão de todo passado social e histórico da cidade, deste território para que seja possível compreender o fator determinante da dura e severa exploração que o povo negro sofre historicamente, pois sem fazer esta

ligação é impossível que compreendamos o presente, e tão pouco, conseguiremos projetar possíveis soluções para o futuro.

## **CAPÍTULO I - A MINERAÇÃO NA REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO NO PERÍODO COLONIAL**

No presente capítulo abordaremos a respeito do período colonial que é pautado na utilização de força de trabalho condicionada à escravização e as explorações da então coroa portuguesa sobre a terra que tomou como sua e a denominou colônia. A produção e exportação da cana de açúcar e a descoberta do ouro, sendo estas as principais fontes de obtenção de lucro e de requisição de força de trabalho em cada momento histórico aqui abordado.

No decorrer do início do primeiro capítulo, traremos com maior presença a obra de Caio Prado Júnior e também teses de doutorado e utilizarei ainda autores clássicos da teoria social crítica e que compõem o referencial teórico utilizado na formação em serviço social no país, tais como: Marx, Engels e Lukács, etc.

### **1.1 A condição de Brasil colônia**

No século XVI, em crise, o sistema feudal<sup>7</sup> na Europa enfrentava problemas em relação, principalmente, à renda dos senhores feudais. O continente ainda se recuperava da peste bubônica<sup>8</sup>, que atingiu a Europa durante o século XIV, resultando na morte de pelo menos 1/3 da população, afetando assim economicamente sua estrutura.

Para que a Europa se desenvolvesse e se sustentasse agora era preciso uma nova forma de apropriação do excedente, uma economia-mundo capitalista. Esta não devia ser baseada na apropriação direta do excedente agrícola, nem na forma de tributo (como fora o caso dos velhos impérios) nem na de renda feudal (como fora o caso do sistema de feudalismo europeu). Em vez disso, era preciso desenvolver agora a apropriação do excedente que fosse baseado numa produtividade mais eficiente e crescente (primeiro na agricultura e depois na indústria) por meio de um mecanismo de mercado mundial com o suporte “artificial” (isto é, não de mercado) de máquinas estatais, mas nenhuma delas controlando o mercado mundial integralmente. O argumento deste livro é que três coisas eram essenciais para o estabelecimento de tal economia-mundo capitalista: uma expansão da dimensão geográfica do mundo em questão, o desenvolvimento de métodos variados de controle do trabalho para diferentes produtos e diferentes zonas da economia-mundo, e a criação de máquinas

---

<sup>7</sup> Considerado um sistema político, econômico e social que predominou na Europa Ocidental entre o início da Idade Média até a afirmação dos Estados modernos, baseado em privilégios de uma classe social formada por nobres que detém, por herança, o monopólio do poder além da grande presença da igreja católica, que era a grande detentora de terras, herdeira da cultura além de monopolizar o conhecimento. Teve o seu apogeu entre os séculos XI e XIII.

<sup>8</sup> Também conhecida como “peste negra” teve origem na Ásia e chegou no continente europeu em meados do século XIV, advinda de pulgas encontradas em ratos contaminados.

estatais relativamente fortes no que viriam a ser os estados-centrais desta economia-mundo capitalista. E acrescenta: A expansão territorial europeia era, teoricamente, um pré-requisito chave para a solução da crise do feudalismo. (WALLERSTEIN, apud, SAES e MARQUES DE SAES, 2013, p. 57).

Sendo liderada por Portugal, esta expansão foi realizada por meio da navegação permitindo assim a circulação tanto no ocidente quanto no continente, onde seria “encontrado” o continente americano.

Desbravada em 1492, em detrimento, como já mencionado, da expansão marítima dos países da Europa no bojo do declínio feudal e da ascensão do capitalismo, a América Latina foi uma região que serviu, bem como, ainda serve como território explorado e saqueado pelas grandes potências mundiais. Dividida em: América do Norte, Central e do Sul ou América Latina - com destaque aqui para a última- foram polo da colonização realizada por países europeus.

Em suma é o essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora (PRADO JR., 2000, p. 11).

É neste contexto que a Europa se abre para o mundo com as descobertas geográficas e seus comércios. É também neste período histórico que se localiza a chamada Modernidade<sup>9</sup> em que se desencadeiam movimentos, como as reformas religiosas<sup>10</sup>, o renascimento cultural<sup>11</sup> e o mercantilismo. Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto do Partido Comunista, afirmam que

a descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso,

---

<sup>9</sup> A modernidade europeia é um período marcado por reformas e revoluções, ocorridas durante o século XVI. (FERNANDES, Cláudio. Idade Moderna. Brasil Escola, São Paulo, 21 de Mar. de 2021. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/idade-moderna.htm>> Acesso em: 21 de Mar. de 2021).

<sup>10</sup> As reformas religiosas foram movimentos que ocorreram durante o século XVI na Europa. Provocaram a dispersão da população - que antes estava reunida apenas na Igreja Católica - para outras religiões, também cristãs, mas que não se submetiam mais aos dogmas católicos e à autoridade do papa (A Reforma Religiosa. História do Mundo, 23 de Mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/a-reforma-religiosa.htm>> Acesso em 24 de Mar. de 2021).

<sup>11</sup> Além de ser um movimento cultural, foi também um movimento artístico e científico que surgiu na Europa, mais precisamente na Itália, no século XV e se expandiu para outras regiões da Europa, inovando nas áreas de filosofia, política, economia, cultura, ciência, dentre outras (DIAS, Fernanda. Renascimento. Educa Mais Brasil, 05 de Fev. de 2021. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/artes/renascimento>> Acesso em 24 de Mar. de 2021).

desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração (MARX e ENGELS, 1998, p.9).

Composta pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A América Latina é um continente com muitas riquezas naturais (fauna, flora, metais, minerais) e uma vasta área territorial.

Nestas condições, "colonizar" ainda era entendido como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses, holandeses e outros no Extremo-Norte da Europa e no Levante, como os portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo, habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessavam seu comércio. A ideia de povoar surge daí e só daí (PRADO JR., 2000, p. 14).

O Brasil, como supracitado, é um dos países componentes da América Latina, e teve todo o seu processo de colonização desenvolvido pela até então Coroa Portuguesa. Todo esse “desenvolvimento” se deu de forma a dizimar em grande escala os povos nativos, os povos e etnias que aqui já habitavam.

Todo o processo se deu de forma agressiva e violenta e de acordo com Prado Jr (2000), foi um período em que houve sim, luta e resistência pelos povos que aqui habitavam.

Outra circunstância ainda pesará muito nos seus destinos econômicos: a população indígena que o habitava. Ao contrário do México e dos países andinos, não havia no território brasileiro senão ralas populações de nível cultural muito baixo. Não seria grande, por isso, o serviço que prestariam aos colonos que foram obrigados a se abastecer de mão-de-obra na África. Os indígenas brasileiros não se submeteram com facilidade ao trabalho organizado que deles exigia a colonização; pouco afeitos a ocupações sedentárias (tratava-se de povos semi-nômades, vivendo quase unicamente da caça, pesca e colheita natural), resistiram ou foram dizimados em larga escala pelo desconforto de uma vida tão avessa a seus hábitos. Outros se defenderam de armas na mão; foram sendo aos poucos eliminados, mas não sem antes embarçar consideravelmente o progresso da colonização nascente que, em muitos lugares e durante longo tempo, teve de avançar lutando e defendendo-se contra uma persistente e ativa agressividade do gentio. (PRADO JR., 2000, p. 09)

Tendo em vista a dominação do território a partir da violência destacamos ainda que se tornou também necessário ‘buscar’ força de trabalho externa para realizar as

atividades. A busca por essa força de trabalho que seria submetida a escravização, foi devido ao interesse econômico que Portugal tinha em relação ao território, com grande extensão territorial, “recém-descoberto” e apropriado e que se vislumbrava como muito possível de ser saqueado.

Observamos, portanto, como as nações colonizadoras tinham centralmente o objetivo de fins mercantis-econômicos, de apropriação e saqueio do que neste chão encontravam em abundância “[...]Serão as madeiras de construção ou tinturarias (como o pau-brasil entre nós), na maior parte deles; também as peles de animais e a pesca [...]” PRADO JR (2000, p.15).

Além do clima temperado pela altitude, solos férteis e bem regados por chuvas regulares e um sistema hidrográfico normal — ao contrário do interior nordestino semi-árido, onde a maior parte dos rios é de curso intermitente. Finalmente, o planalto brasileiro encerra abundantes recursos minerais. Tudo isto atraiu para ele a colonização, que o procurará desde o início, mas particularmente, em grandes massas humanas, a partir do século XVIII. Ele concentra hoje a maior parcela da população brasileira. (PRADO JR., 2000, p. 08)

Seguindo esta linha cronológica podemos compreender os meios imbricados à ocupação de Portugal em relação ao Brasil, onde de acordo com o historiador Prado Jr (2000, p. 7) “[...] Seus solos são férteis, e prestam-se admiravelmente, por tudo isto, à agricultura tropical que efetivamente servirá de base econômica não somente da sua ocupação pelos colonos europeus, mas de ponto de partida e irradiação da colonização de todo o país.[...]” percebemos portanto, como os produtos desta região foi o ponto primordial deste tipo de colonização sendo desta forma um começo da exploração de seus bens.

Segundo, Prado Jr (2000), as circunstâncias naturais como o clima, a vegetação e a fauna, distintas do ambiente europeu, barraram o colono em um primeiro momento; contudo a diversidade dessas condições naturais, com determinada afluência, foi encorajadora para que permanecessem nas zonas tropicais. Os chamados produtos exóticos destas terras e que faziam falta à Europa foram os principais incentivos ao europeu para aqui permanecer e explorar o território e as gentes— açúcar, pimenta, tabaco, anil, arroz e algodão<sup>12</sup>. Realizando assim a implementação de uma atividade mais estável, a agricultura.

---

<sup>12</sup> O algodão é produto nativo da América, inclusive do Brasil, e já era utilizado pelos nossos indígenas antes da vinda dos europeus. Com a colonização o seu cultivo se difundiu. Fiado e tecido em panos grosseiros, servia para vestimenta dos escravos e classes mais pobres da população. Exportou-se mesmo, ocasionalmente, em pequenas quantidades(...) Prado Jr (2000, p. 73).

No que diz respeito à agricultura, um produto que foi produzido/cultivado em larga escala foi a cana-de-açúcar. “A perspectiva principal do negócio está na cultura da cana-de-açúcar. Tratava-se de um produto de grande valor comercial na Europa. Forneciam-no, mas em pequena quantidade[...] (PRADO J.R, 2000, p.27). Portanto, para que o mesmo fosse produzido, levando em consideração a realidade brasileira em relação aos povos nativos, foi-se “buscado” força de trabalho escrava de negros e negras do continente africano.

Na agricultura a força de trabalho escrava era a princípio advinda de guerras.

Nas demais colônias tropicais, inclusive no Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a quem pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do séc. XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do séc. XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século.(PRADO JR., 2000, p.19-20).

Ainda de acordo com Prado JR (2000), Portugal foi o pioneiro a adotar o uso de força de trabalho escrava de homens e mulheres africanos. Com esta bárbara postura, em Lisboa por volta do ano de 1550, cerca de 10% da população correspondia a pessoas negras escravizadas.

Além disso, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram nas suas colônias indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam (PRADO J.R, 2000, p.20).

Escancara-se aqui, o quão anti humano-genérico foi este período, Portugal, bem como demais países europeus, exploravam mais nações para além da América, é o caso da África. No continente africano a ação consistia em retirar forçadamente o povo de suas terras e assim buscando retirar-lhes a condição de humanidade, uma vez que havia o interesse em torná-los uma mercadoria na sua integralidade enquanto homens e mulheres escravizados.

Vale ressaltar que mesmo que o colonizador buscasse tirar dos negros e negras sua integral liberdade ou condição de humanidade, havia muita resistência e união. O povo negro constituía família, se organizava, buscava perpetuar suas crenças e culturas.

A partir de tais considerações do desenvolver da história, e do âmbito econômico-político demarcamos que o trabalho é uma categoria central. O trabalho, a partir da perspectiva marxiana, consiste na relação ‘homem e natureza’, onde “o trabalho se especifica por uma relação mediada entre o sujeito (aqueles que executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica) [...]” Netto e Braz (2012, p. 44), para satisfazer as necessidades humanas. Portanto, é impossível falar sobre atividades econômicas sem falar de trabalho, seja no passado colonial ou no tempo presente sob os marcos do capitalismo.

O trabalho é, de acordo com Netto e Braz (2012), “sempre atividade coletiva”, pois o sujeito sempre está inserido de forma coletiva sendo em grandes estruturas ou não, com um conjunto menor ou maior de pessoas, de forma livre ou através coerção como na utilização da força de trabalho escrava. Logo, o caráter coletivo da atividade do trabalho “é, substantivamente, aquilo que se denominará de social”.

O trabalho implica mais que a relação sociedade / natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social. [...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social (NETTO & BRAZ, 2012, p.34).

Lukács evidencia que “com o ato da posição teleológica do trabalho, temos em si o ser social”:

O processo histórico da sua explicitação, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser em-si num ser para-si; e, portanto, implica a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais mais puros, mais específicos (LUKÁCS 1972, p. 17).

Assim, o trabalho é o responsável pelo desenvolvimento dos seres em algo para além do “natural”, sendo a causa e consequência de realizações e da capacidade teleológica, diferenciando o homem dos demais animais. É através da capacidade teleológica que os seres humanos se diferenciam dos demais animais.

Identifica-se que “foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. Ou seja: o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade)” (NETTO & BRAZ, 2006, p.37). Logo, configura-se que “é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social

existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui” (NETTO & BRAZ, 2006, p.37).

Entende-se, que o ser social possui potencial de desenvolvimento uma vez que transforma a matéria em produtos que satisfazem suas necessidades, contudo não é apenas uma atividade que diferencia os homens dos demais animais, mas é um processo histórico que desencadeia surgimento do ser desses homens - o ser social. Sendo assim é através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. (NETTO & BRAZ, 2006).

No período escravocrata, toda a atividade desenvolvida pelos povos escravizados é trabalho. Ainda que de forma imposta, o trabalho é a situação desencadeadora das demais relações do referido período e da formação societária, é o complexo fundante.

Reportando-nos ao surgimento do capitalismo, podemos destacar que a acumulação primitiva<sup>13</sup> é a demarcação do surgimento das classes antagônicas deste referido modo de produção, os detentores dos meios de produção e os subordinados, explorados, processo este que estabelece condições necessárias para a acumulação capitalista acontecer e se perpetuar no globo como um todo.

Marx aponta acerca do desenvolvimento do capitalismo industrial europeu que,

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades monopólia” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital (MARX, 1985, p.287).

A aplicação destes meios de utilização da força de trabalho, bem como, dos territórios e suas riquezas, que era escrava, é base necessária para o desenvolvimento do capitalismo, resultando na eclosão do excedente econômico.

É a possibilidade de um homem produzir mais do que consome - isto é: de produzir um excedente - que torna compensador escravizá-lo; só vale a pena ter escravos se o seu proprietário puder extrair deles um produto excedente (ou sobreproduto)[...] O surgimento do excedente muda radicalmente as relações sociais: posto o excedente, vale a pena escravizar e explorar os homens (NETTO e BRAZ, 2012, p. 77).

Assim, percebemos que o trabalho escravo, base da sociedade escravista se conforma, fazendo assim, através do uso da violência e, da divisão da sociedade em dois

---

<sup>13</sup> Marx a chama de "acumulação que não resulta do modo capitalista de produção, antes é seu ponto de partida" (Marx, 1976: 873)

pólos; de um lado os proprietários de terras e de escravos e de outro homens que não possuem sequer o direito de dispor da própria vida. (NETTO e BRAZ, 2012).

Neste período, determinada parcela da humanidade era tida como, pessoas inferiores e meramente servis devido a tonalidade da pele (passaram a serem chamadas de negras), tornam-se inteiramente mercadorias, onde o detentor dos meios de produção era proprietário do bem mais valioso, ele não detém apenas a força de trabalho, ele detém a vida daqueles que foram escravizados.

O escravismo é típico do mundo antigo, mas a escravidão instaurada na América, durante o processo de colonização, será subordinada às formas sociais do modo de produção capitalista, significando em relação à comunidade primitiva, realizando um avanço na história da humanidade “introduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com o incremento da produção de mercadorias (produção mercantil), estimulou comércio entre distintas sociedades.” Netto e Braz (2012, p.79).

Destacamos que no período escravocrata que era realizado sob coerção aberta, o excedente produzido pelo produtor direto - o escravo - era subtraído mediante violência extremada (NETTO e BRAZ, 2012). Não havia diferenciação no trabalho desenvolvido entre homens e mulheres negros, mas as mulheres sofriam além das várias violências, a sexual e o sexismo.

Desde a civilização, que sucede a comunidade primitiva, sempre é dada na condição de exploração de uma classe por outra,

(...) todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para outra. (ENGELS, 1963 apud NETTO e BRAZ, 2012, p.79)

Compreende-se portanto, como a dura e perversa exploração de uma determinada parcela da humanidade serve para o avanço e conforto de um outro determinado grupo, temos então a divisão em duas classes, os escravizados e os proprietários/donos dos mesmos. Digo proprietários pois como apresentado anteriormente, aquele que era escravizado perdia todo o caráter de humanidade, tornava-se tão uma mercadoria, não detinha sequer as menores escolhas sobre a própria vida.

Ressalte-se ainda o fato de que o comércio da escravização, gerou muito lucro para a coroa portuguesa, considerando a generalização da escravidão no século XVI, uma

vez que, buscava-se cada vez mais e de modo incessante força de trabalho a ser submetida à escravização.

É importante, então, que percebamos que o tráfico de mulheres, homens e crianças negros está no cerne do processo de escoamento das riquezas coloniais para a metrópole(...). Além disso, o trabalho escravizado era preferido ao livre e assalariado em razão de ser o único capaz de ser controlado, bem como fornecido na quantidade necessária para transformar natureza e meios de produção em capital (XAVIER, 2021, p.63).

Analisando os fatos expostos por Xavier (2021), conseguimos entender a funcionalidade do trabalho escravizado e o domínio sobre o povo negro para ser condicionado à esta forma de trabalho em que ocorria uma dominação total de toda a sua humanidade.

A partir da compreensão do modo econômico - de produção - conseguimos compreender a organização social que vem em detrimento deste, pois é o modo de produção vigente em cada período que rege a condição social, a vida daquela determinada época.

Importa ressaltar que a igreja tinha um papel primordial na colonização, e posteriormente muito explicitamente desenvolveu uma expressiva função na região do ouro. Conhecido como Padroado Real<sup>14</sup>, este acordo pode ser considerado como o principal pilar no que diz respeito à dominação portuguesa sobre as colônias.

Este acordo proporcionava o encaixe perfeito nos interesses de ambos, de um lado Portugal para garantir riquezas e do outro lado a igreja em busca de exclusividade na evangelização e no angariamento de seguidores, além de trabalhar na condição de aceitação aos negros de sua situação de exploração.

A igreja não só apoiava Portugal como também utilizava o trabalho escravo, principalmente na construção de seus templos tão emblemáticos presente nestas terras mineiras. É notório a forte presença que a mesma possui hoje o que nos permite imaginar o expressivo poderio que detinha já há séculos atrás.

Com o decorrer deste processo de "colonização", foram descobertos demais produtos no vasto solo brasileiro sendo, o ouro um de grande relevância. Este metal

---

<sup>14</sup> Através deste “(...) os reis de Portugal detinham o direito de criar cargos eclesiásticos, nomear seus titulares, arrecadar o dízimo nos cultos e autorizar a publicação das atas pontifícias. Em contrapartida, os reis de Portugal facilitavam a difusão da religião católica nas novas terras e se responsabilizavam pela construção de igrejas, mosteiros etc; e velavam pela atuação dos agentes religiosos no Brasil Colônia”(EMMERICK,2010). Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/383/822>> Acesso em: 02 de Abril de 2021.

precioso fora “encontrado”, por Bandeirantes paulistas na região conhecida hoje como estado de Minas Gerais. Nesta ocasião,

O desbravamento na região que hoje compreende o estado de Minas Gerais se iniciou no século XVI, por meio do trabalho dos bandeirantes, em busca de ouro e pedras preciosas. Em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas Gerais. [...] A absoluta influência da mineração na economia do estado inibiu, de certa forma, o desenvolvimento de outras atividades econômicas de exportação (MG.GOV.BR.,2016 apud BERTOLLO, 2017, p. 142)

A primeira cidade deste estado foi Mariana, cidade que atualmente é compreendida no chamado quadrilátero ferrífero mineiro<sup>15</sup>. Nesta região foi encontrado em grande escala o importante metal precioso que assumiu o protagonismo econômico brasileiro por séculos.

No final do século XVII as expedições dos bandeirantes se intensificaram, saindo do litoral para o interior da colônia em busca de minerais valiosos, o seu auge foi marcado pela descoberta de ouro na província de Minas Gerais. Uma das mais importantes foi a do Ribeirão do Carmo, que ao ser identificada como fonte do precioso mineral, atraiu um intenso processo migratório e, conseqüentemente, o surgimento de vários povoados, que originaram posteriormente vilas (SOBREIRA, 2014).

A descoberta do ouro significou um grande marco na história brasileira e conformou uma “nova produção” no Brasil. Para Portugal foi nada menos que a realização de um “grande desejo”, pois desde a entrada neste continente latino-americano, especialmente nesta terra brasileira, o foco principal foi a busca e apropriação de metais, minérios e minerais, o saqueio e a exploração.

## **1.2 A escravização de negros e negras como forma de organização da vida social e econômica na região atualmente chamada de quadrilátero ferrífero mineiro.**

O descobrimento do ouro resultou no aumento da força de trabalho escravizada. Os olhos da metrópole se voltam fortemente para a região de Minas Gerais objetivando a retirada da maior quantidade possível de ouro, ouro este que em sua maioria era enviado para a Europa.

---

<sup>15</sup> É uma área que “se assemelha a um quadrado, [...] de aproximadamente 7000 km<sup>2</sup> e estende-se entre a antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto a sudeste, e Belo Horizonte, a nova capital a noroeste. É a continuação sul da Serra do Espinhaço. Seu embasamento de áreas circunvizinhas são compostos de gnaisses tonalítico-graníticos de idade arqueana [...]” (ROESER; ROESER, 2010, p. 33 apud BERTOLLO, 2017, p. 143).

Encontrado em abundância, pelos chamados Bandeirantes, o ouro permitiu o reconhecimento de que essa região era rica, não só em montanhas. Garantiu a expansão territorial para uma nova organização econômica do Brasil colônia, que vinha de uma crise do açúcar<sup>16</sup> no século XVII.

O INTERESSE da metrópole pelo Brasil e o desenvolvimento conseqüente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa tomarão considerável impulso sobretudo a partir de princípios do séc. XVIII quando se fazem na colônia as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas. A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos de século o centro das atenções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da colônia (PRADO JÚNIOR, 2000, p.49).

Durante quase todo o século XVIII, a mineração – primeiro de ouro; depois, de diamantes - concentrou as atenções econômicas. Os resultados foram, como demarca Prado Júnior (2000), a ocupação do centro do continente sul-americano, o deslocamento do eixo econômico dos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia) para o Centro-Sul - hoje, região Sudeste<sup>17</sup> - e, por fim, em 1763, a transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro. "De modo geral" - diz o autor - "é todo o Centro-Sul que, graças em grande parte à mineração, toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do país; para conservá-lo até hoje" (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 58).

A descoberta do ouro na região de Minas explicita a acumulação primitiva enquanto processo que incluiu deste chão e gente. "A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista" (MARX, 1985, p. 828).

Ainda,

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber, pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa das minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. Na Inglaterra, em fins do século XVII, [os momentos da acumulação primitiva] são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais

---

<sup>16</sup> Portugal estava mergulhado em uma grave crise econômica. Os preços do açúcar caíram no mercado internacional, devido, sobretudo, ao aumento da oferta do produto, em decorrência da produção no território da América Central.

<sup>17</sup> É a região sudeste que comporta os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, todos de extrema importância para a economia brasileira bem como para a política nacional.

brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. (MARX, 1985, p.285-286).

Percebemos, que Marx nos aponta as bases para o surgimento do capitalismo, a dominação de uma classe por outra, ocasionando o acúmulo e propriedade dos meios de produção e a exploração da força de trabalho por um determinado grupo – classe social. Gerando assim, as condições necessárias para uma acumulação posterior e propriamente capitalista.

Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2009, p. 67, apud, SILVA, 2013, p.27).

O período de extração do ouro em Minas Gerais é marcado pela exploração constante e incessante do uso da escravização. O período escravocrata escancara a forma da organização da vida social neste momento histórico.

De acordo com Prado JR (2000), Portugal movimentava cada vez mais o comércio da escravização de africanos. O mercado negreiro crescia cada vez mais e foi um mercado de lucro ativo para as metrópoles, que utilizavam de navios denominados como “navios negreiros” para trazerem os africanos sequestrados de suas terras.

O processo de substituição do índio pelo negro prolongar-se-á até o fim da era colonial. Far-se-á rapidamente em algumas regiões: Pernambuco, Bahia. Noutras será muito lento, e mesmo imperceptível em certas zonas mais pobres, como no Extremo-Norte (Amazônia), e até o séc. XIX em São Paulo. Contra o escravo negro havia um argumento fortíssimo: seu custo. Não tanto pelo preço pago na África; mas em consequência da grande mortalidade a bordo dos navios que faziam o transporte. Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino. Calcula-se que, em média, apenas 50% chegavam com vida ao Brasil; e destes, muitos estropiados e inutilizados. O valor dos escravos foi assim sempre muito elevado, e somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-lo. (PRADO JR, 2000, p.33).

Explicita-se, repetimos, o caráter anti humano-genérico que tal contexto era, o quão perverso era este transporte e a relação de transformar em mercadoria a mulher e o homem negro.

Resultante da grande exploração aurífera a partir dessa conformação da força de trabalho (escravizada), a economia de Minas Gerais sofreu significativo crescimento, além do que, esta configuração econômico-social desencadeou uma expressiva migração para as terras mineiras, todos em busca do tão valioso metal.

As condições para a penetração do território não são, portanto, muito favoráveis. E até hoje constituem sério embaraço oposto às comunicações para além do litoral. Mas ao contrário do interior nordestino, o planalto centro-meridional brasileiro oferece esplêndidas condições naturais para o estabelecimento do homem. Além do clima temperado pela altitude, solos férteis e bem regados por chuvas regulares e um sistema hidrográfico normal — ao contrário do interior nordestino semi-árido, onde a maior parte dos rios é de curso intermitente. Finalmente, o planalto brasileiro encerra abundantes recursos minerais. Tudo isto atraiu para ele a colonização, que o procurará desde o início, mas particularmente, em grandes massas humanas, a partir do século XVIII. Ele concentra hoje a maior parcela da população brasileira (PRADO JR, 2000, p.8).

Entende-se que desde a primeira atividade econômica de Portugal nestas terras tão ricas o objetivo era enviar riquezas, as mercadorias, os bens naturais - como aconteceu com o pau-brasil - para a Europa, e não poderia ser diferente com o ouro.

Durante a época do ouro, a região de Mariana-MG, que é a primaz deste “descobrimento”, havia cerca de 10 mil escravos, forçados a trabalhar até a exaustão, estavam sujeitos a duras penas caso o “senhor”, o seu proprietário assim julgasse necessário. É a reafirmação da classificação do gênero humano a partir da condição econômica e racial, da superioridade e inferioridade.

Este metal tão precioso, passou a ser a engrenagem que faria tudo girar. A descoberta do ouro fez com que fosse iniciado um processo, inicialmente simples, para a sua retirada da natureza. Chamado “ouro de aluvião”, por ser encontrado no “corpo” dos rios, era retirado de maneira manual, utilizando-se poucas ferramentas para a sua extração. No decorrer das décadas este processo realizado de formas “simples” e de maneira mais “arcaica” foi substituído. Em um breve trecho descritivo conseguimos ter um entendimento de como se dava tal processo. “Empregando mão-de-obra escrava, a mineração em Passagem era realizada a céu aberto com prospecção por bateia no leito do Ribeirão do Carmo” (SOUZA, 2009, p.44).

De acordo com Souza (2009) foi em 1721 que se começou a “atacar” as encostas das montanhas na localidade do morro Mata Cavalo, hoje conhecido como bairro Santo Antônio. O bairro em questão hoje é considerado um dos bairros que mais vivencia situações de extrema pobreza e também de violência, principalmente a institucionalizada,

da cidade de Mariana-MG, traz em suas redondezas marcas muito importantes de todo o passado histórico da cidade, conseqüentemente, de Minas Gerais. No trecho a seguir são descritas ações de intervenção a partir da mineração nesta localidade

[...]Na encosta, os mineiros executavam pequenos serviços de minas e perfuração de poços subterrâneos, que geralmente estacionavam ao atingir o lençol freático. O escoramento insuficiente e a falta de drenagem tornavam frequentes os desabamentos (SOUZA, 2009, p.44).

Ao começarem a realizar as modificações na paisagem, os chamados “buracos de sarilhos” eram utilizados para a busca do ouro em maiores profundidades. Os buracos em sua maioria têm por volta de 40 metros de profundidade e são de tamanho estreito, não possuíam escoras o que tornava ainda mais perigoso esse processo de extração, ocasionando cada vez mais mortes e conseqüentemente, demandando, cada vez mais força de trabalho do povo negro escravizado.

Na região de Mariana-MG e Ouro Preto-MG ainda conseguimos ver todos os resquícios destes processos de produção. Os buracos feitos principalmente no Morro Mata Cavallo e no Morro do Gogó, bem como as ruínas existentes, e as minas subterrâneas, nos permitem uma pequena percepção das formas de acontecimentos da mineração naquele passado secular.

De acordo com Sobreira (2014, p. 56), “a abundância com que se retirava o ouro causou uma imigração em direção ao interior do país”, havendo, no ano de 1750, cerca de 80 mil pessoas trabalhando na lavra de ouro da região (SOBREIRA, 2014).

Com o processo de abertura das minas, começou-se a operacionalização de atividades mais sofisticadas, mecanizadas e subterrâneas tendo em vista a escassez do ouro aluvional e as dificuldades da extração através dos buracos de sarilhos.

No decorrer dos avanços a respeito da extração do ouro, foi fundada a conhecida hoje como Mina da Passagem. Localizada no distrito de Passagem de Mariana<sup>18</sup>, a referida Mina é caracterizada como a primeira Mineradora do país. Nos apresenta Souza (2009, p.46):

Em virtude da mudança de orientação política do setor extrativo ocorrida no Brasil a partir de 1817, quando o governo imperial autorizou a formação de companhias por ações para atuar neste ramo da economia, Eschwege arrematou-a em 12 de março de 1819 por cinco contos. Em seguida, fundou a

---

<sup>18</sup> Conhecido na região, principalmente por pessoas que são membros de grupos culturais, como o “distrito cultural”, é o distrito mais próximo de Mariana e possui marcas muito significativas na história da cidade, principalmente levando em consideração que é localizado entre os principais solos do ouro em Minas Gerais.

Sociedade Mineralógica de Passagem, a primeira empresa mineradora do Brasil, com capital inicial de £1.900.

Falar sobre esta mina nos permite entender sobre o solo e território que no passado requisitou da força de trabalho na condição de escravização e sobre a realidade social que se perpetua e ganha novos contornos nos dias atuais, nos fazendo refletir sobretudo, ao que ainda perdura: a exploração da força de trabalho e a devastação ambiental.

Assim, destacamos que advinda da fusão de demais minas, a Companhia Mina da Passagem domina a região em termos geográficos, totalizando uma parcela muito significativa do território de Mariana-MG, sendo proprietária de áreas e mais áreas, hoje estão em locais abertos oferecendo perigo a vida das pessoas por possuírem as marcas de extração do ouro - como os “buracos de sarilho” - e não é uma área mapeada para que o povo possa conhecer a sua história e tão pouco cumprem função social, seja ao lazer ou no que diz respeito à possibilidade de moradia.

Voltando ao foco principal, a Mina comportou até o ano de 1954 a extração de ouro, se considerarmos o seu primórdio de fundação a extração de ouro dava-se de forma avançada para o momento histórico. Avançada, justamente porque Portugal sempre buscava mais lucros, além de aumentar os impostos sobre este território ao qual explorava incessantemente.

Considerando tal condição relacional entre metrópole e colônia, o trabalho nesta mina, bem como em outras, exigia muito dos trabalhadores escravizados a partir de jornadas de trabalho muito extensas, insalubres e degradantes. Estes locais de trabalho eram denominados de lavras, terras cedidas por Portugal para a realização da extração do ouro.

Para garantir a obtenção de grandes lucros, a coroa portuguesa desenvolveu um rígido esquema administrativo onde exigia a porcentagem de um quinto de tudo que fosse retirado das minas. No decorrer deste processo de extração e monitoramento Portugal incrementou as casas de Fundição onde todo o ouro extraído não poderia mais ficar nas formas de pó ou em pepitas, deveria então ser transformado em barras.

Com a extração em ritmo acelerado, além do comércio decorrente da mineração, existia também o comércio artístico e musical e o surgimento das edificações, de grandes construções de casarões e das igrejas que marcam a história do tempo presente em cada rua na região.

Realizando a análise deste processo histórico, econômico, social e político percebemos como pouco nos é mostrado pela história oficial, não só nesta tese doutoral

de Souza (2009) a respeito da Mina da Passagem à qual estamos nos apoiando para teoricamente discorrer sobre a história da região, e como pouco nos é contado acerca da condição laboral e humano-genérico da época para que possamos ter conhecimento sobre quanto sangue negro foi derramado durante o processo de exploração-extração do ouro neste rico e devastado solo e território.

Acredita-se que durante os mais de 300 anos de tráfico negreiro desembarcaram por volta de 4,8 milhões de africanos em solo brasileiro. Em sua tese de doutorado Xavier (2021), nos traz dados importantíssimos no que diz respeito a quantidade de negras e negros na condição de escravos durante o período colonial no estado de Minas Gerais, com destaque aqui para a região da cidade de Mariana-MG e Ouro Preto-MG. Os dados apresentados relatam que no ano de 1808, mais precisamente no século XIX, trazendo em porcentagem, havia neste solo considerado o berço do período da exploração do ouro uma quantidade de negras e negros muito superior que a de branco. Sendo em Mariana-MG 81,7% da população negra e “mulata” e 18,3% branca, em Ouro Preto-MG 83,6% composta por negros e também “mulatos” e 16,4% brancos.

Este fato, evidencia

(...) a distribuição nacional da população negra, esta foi, apesar da sua condição de inferioridade econômica e social, a grande povoadora do nosso território. E não apenas povoou, mas criou pequenas comunidades em todo o território nacional através de quilombos, fundando núcleos populacionais, muitos dos quais existem até hoje (MOURA, 1992, p.11).

Por ser desta região, é sabido entre os que aqui nascem e permanecem, que neste território de extração mineral e de grandes construções, foram capturados de suas terras negros e negras que dominavam as técnicas que seriam utilizadas nas minas de ouro e na construção das edificações. Não houve, portanto, por parte de Portugal uma busca pela força de trabalho de forma avulsa, mas sim, da força de trabalho com conhecimentos de técnicas que a eles seriam de grande importância e retorno financeiro.

A igreja com seu grande poderio, utilizou da força de trabalho de negras e negros na condição de sujeitos condicionados à escravização, na construção das igrejas. O catolicismo ainda muito forte nessa região com os conjuntos arquitetônicos deste período, desenvolveu formas de contenção e apagamento das demais crenças religiosas.

Portanto, por essas terras mineiras as construções e o modo de extração do ouro foram pautados em conhecimentos vindos da África. Precisamos desmistificar a história que nos é contada - pautada na visão do “colonizador” - e entender que a organização

societária africana não é inferior às dos demais continentes, e sim, que tal território foi e ainda é duramente saqueado e sofre expressiva exploração da força de trabalho e de seus recursos naturais, que são gigantescos.

Devemos analisar todo o processo de apropriação e exploração deste solo relacionando-o diretamente com os acontecimentos ocorridos na Europa em detrimento e a partir da apropriação das riquezas deste. Os avanços ocorridos em países europeus foram condicionados e decorrem da exploração não só do continente latino-americano e seus países enquanto colônia, mas também, e prioritariamente, das pessoas por aqui escravizadas e dizimadas. A revolução industrial é uma clara demonstração da relação direta entre os progressos e melhorias para uma dita organização social e classe social, enquanto para o outro lado, existe e se põe uma completa barbárie.

Como sabemos a extração de um determinado bem natural, uma hora se esgota ou diminui de forma muito significativa e não seria diferente com o ouro. Ao final do século XVIII houve a crise mineratória deste metal, em que sua decadência impactou diretamente toda a economia da colônia.

A decadência da mineração do ouro (que já começa a se fazer sentir desde meados do século) deriva de várias causas. A principal é o esgotamento das jazidas. O ouro brasileiro é, na maior parte, de aluvião, e se encontra sobretudo no leito dos cursos d'água e nas suas margens mais próximas. Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matrizes onde antes se concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa. Daí a pequena concentração em que foi encontrado e o esgotamento rápido dos depósitos, mesmo os mais importantes. O que sobra é de um teor aurífero tão baixo que não paga trabalhos de vulto, e dá apenas para o sustento individual de modestos faiscadores isolados. Esta situação se prolonga aliás até hoje. Em toda a região do Brasil central (compreendendo os Estados de Minas Gerais, Goiás, boa parte de Mato Grosso e Bahia) ainda se encontra ouro em quase todos os rios e margens adjacentes. Mas numa porcentagem tão baixa que sua exploração se torna antieconômica. A ela se dedicam apenas uns pobres faiscadores que mal conseguem apurar o seu sustento diário (PRADO JÚNIOR, 2000, p.53)

Com o declínio da mineração a agricultura volta a ser dominante no território brasileiro, mas de acordo com Prado Júnior (2000), essa troca - no que chamamos anteriormente de engrenagem, que é responsável por fazer girar - não será apenas a queda nos lucros sobre o ouro,

[...] não será apenas este fator negativo que estimula o refluxo das atividades da colônia para o cultivo da terra. Estendiam-se novamente os mercados para seus produtos. Para isto contribui particularmente o desenvolvimento considerável da população europeia no correr do séc. XVIII; a par disto, o incremento das atividades econômicas e relações comerciais em todo o mundo, este prenúncio da nova era que se inaugura na segunda metade daquele século,

a era da Revolução Industrial. Isto se reflete intensamente no mundo colonial (PRADO JÚNIOR, 2000, p.71)

A partir da condição de trabalho escravo ao qual eram submetidos os negros e negras decorriam diversos movimentos de resistência, como as tão importantes formações de Quilombos<sup>19</sup> e as revoltas organizadas como é o caso da Revolta dos Malês<sup>20</sup>. Mas, mesmo com tanta força para lutar, estavam condicionados à duras horas de trabalho, a má alimentação e as péssimas condições de sobrevivência continuavam proporcionando cada vez mais a morte negros e negras dia após dia. As punições ocorridas em detrimento da resistência e luta a tais condições eram extremamente severas e desumanas. O uso da coerção é além de tudo uma maneira de manter a ordem desejada pelos beneficiados pelo processo escravocrata exploratório.

(...) O martírio, o heroísmo, o esforço ilimitado desses lutadores e de centenas de milhares de outros que os seguiram resultou de fato na proscrição não legalizada da escravidão; construíram as expressões incontestáveis da recusa dos africanos em se submeter à desumanização e à humilhação do regime escravocrata. O sangue que derramaram resgatou para sempre a dignidade e o orgulho dos povos africanos (NASCIMENTO, 2020, p.88).

No decorrer dos anos, começou haver movimentos abolicionistas com fortes apoios, contudo Moura (1988, p.109) evidencia que “grupos da burguesia radical” assumem a direção do abolicionismo e o negro tornou-se “componente auxiliar e muitas vezes incômodo”, retirando o seu caráter revolucionário visando garantir os benefícios e a exclusão do povo negro.

Com a finalidade de “colocar panos quentes” em reivindicações nascidas em solo nacional e também internacionais, mais precisamente da Inglaterra, começaram a ser desenvolvidas medidas a fim de apaziguá-las.

Um dos movimentos ocorridos em detrimento de todo processo exploratório, seguindo uma ordem cronológica, foi: Em um primeiro momento 1822 o processo de independência sendo assim conhecido como “Império do Brasil”, mantendo a escravidão e o tráfico negreiro mesmo com toda pressão para que os mesmos fossem findados. De fato, esta independência não tornou o Brasil independente, pois ainda seguia as regras ditadas pela Europa, mais precisamente pela Inglaterra.

---

<sup>19</sup> Eram comunidades formadas por escravos fugidos das fazendas. Esses lugares se transformaram em centros de resistências (o maior símbolo) dos escravos negros que escapavam do trabalho forçado, nos quilombos o cultivo e a comercialização de alimentos e a criação de animais garantiam a sobrevivência.

<sup>20</sup> Ocorrida em 24/25 de janeiro de 1835 a Revolta dos Malês foi um levante dos negros escravizados, sendo a maioria era de origem mulçumana, na região de Salvador. Lutavam contra a escravidão e a imposição do catolicismo.

[...] emancipação política realizada pelas categorias dominantes [brasileiras] interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida e cujo único objetivo era combater o Sistema Colonial no que ele representava de restrição à liberdade de comércio e de autonomia administrativa, não ultrapassaria seus próprios limites definidos por aqueles grupos. A ordem econômica tradicional seria preservada, a escravidão mantida. A nação independente continuaria na dependência de uma estrutura colonial de produção passando do domínio português à tutela britânica (COSTA, 1979, p. 52 apud, SILVA, 2013, p.55).

Vislumbra-se nesse contexto, conservação dos interesses de uma minoria, mascarada como algo que seria emancipatório e de interesse para uma camada maior de sujeitos.

No decorrer dos anos foram surgindo leis que, assim como já dito, seriam paliativas às reivindicações de uma parcela da sociedade, como é o fato da Lei nº 581 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei Eusébio de Queiroz que, reforçando o já decretado em 1831(imposto por cobrança da Inglaterra), pôs fim ao tráfico negreiro nas dependências do Império Brasileiro. Porém com esta lei cada vez mais ocorreu o adiamento da abolição do trabalho escravo, tendo em vista o fato de que o Brasil era totalmente dependente desta organização de utilização da força de trabalho.

Ainda no desenvolvimento de medidas "paliativas" no Brasil ao contexto de resistência e de superação ao escravismo, a "Lei do ventre livre" promulgada em 1871 ganha relevância.

É a eterna ilusão (quando não má-fé) dos reformistas de todos os tempos. Uma reforma qualquer, quando não é compreendida como simples etapa, mero passo preliminar para ulteriores reformas mais amplas e completas, torna-se em força de reação. E foi o que efetivamente se deu no caso que analisamos. A lei de 28 de setembro nada produzirá de concreto, e servirá apenas para atenuar a intensidade da pressão emancipacionista. Ela estabeleceu para os filhos de escravos, até a sua maioridade, um regime de tutela exercida pelo proprietário dos pais. Ele teria obrigação de sustentá-los, mas podia utilizar-se de seus serviços. De modo que continuaram escravos de fato, o mesmo que os pais (PRADO JUNIOR, 2000, p.174).

Se observarmos esta lei percebemos o quão meramente superficial fora esta, assim como a lei dos Sexagenários onde escravos a partir dos 60 anos eram libertos. Sabemos que todos os trabalhos degradantes a que eram expostos os negros e negras escravizados, dificilmente chegariam à uma idade tão avançada, muitos por sua vez não chegavam aos 30 anos de idade. Eis então o explícito limite da lei. Nascimento (2020), explica que esta lei na prática era uma autolibertação dos senhores sobre qualquer responsabilidade de "oferecer-lhes alimentos, roupas, e moradia e se exoneravam de qualquer tipo de ajuda aos "livres", abandonando-os impiedosamente à morte lenta pela fome e pelas enfermidades, tanto nos campos quanto nas cidades." (NASCIMENTO, 2020, p.89).

Podemos dizer que esta foi a última medida paliativa adotada para tentar adiar ainda mais o fim da escravidão constitucional, sendo então finalmente - após muita pressão - em 13 de maio de 1988 assinada a Lei nº 3.353, conhecida como Lei Áurea, com um curto texto:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. (BRASIL, Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888).

Marini (2005), declara que a abolição:

[...]constitui um fenômeno dos mais interessantes; por um lado, definia--se como uma medida extremamente radical, que liquidava com as bases da sociedade imperial (a monarquia sobreviverá pouco mais de um ano à lei de 1888) e chegava inclusive a negar qualquer tipo de indenização aos antigos proprietários de escravos; por outra parte, buscava compensar o impacto de seu efeito, por meio de medidas destinadas a atar o trabalhador à terra (MARINI, 2005, p.10).

Devemos, portanto, analisar e considerar os acontecimentos que antecederam o processo da abolição da escravidão, vinculados a uma percepção do grande interesse comercial da Inglaterra para com o Brasil e de modo geral, considerar que o capitalismo estava se enraizando no globo como um todo enquanto modo de produção hegemônico e dessa maneira exigia e impulsionava algumas modificações nas relações entre as então metrópoles e suas colônias.

É relevante mencionar que o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão e dessa situação decorre o fato que não houve sequer uma medida ou lei que garantisse a inserção do negro que por séculos foi subjugado à condição de escravo.

Em uma sociabilidade condicionada pelos interesses das classes dominantes não era de se esperar algo diferente do que ocorreu. Sem medidas que permitissem a existência minimamente digna do povo negro que foi duramente explorado, sem ter para onde ir e nem como garantir sua sobrevivência, muitos continuaram ligados aos brancos escravizadores e ali permaneciam sem grandes expectativas já que mesmo estando agora “livres” para venderem sua força de trabalho poucos assim de fato conseguiam fazer. “Os proprietários, habituados a lidar exclusivamente com escravos, e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, não tinham para com estes a

consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres" (PRADO JÚNIOR., 2000, p. 182).

Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país. (FURTADO, 1967, p. 149, apud, SILVA, 2013, p.79).

A assimilação que sempre vem em minha mente é - considerando a condição daquele negro e negra que outrora estava subjugado na condição de escravo - como se fosse um passarinho que viveu preso e isolado sem ter dimensão da natureza ao seu redor e simplesmente fosse aberta a gaiola, esperando que agora o mesmo sem ter a menor condição sobreviva à natureza.

Com o “fim” da escravidão houve a busca por imigrantes para trabalharem nesta terra de “bons ares”, mas não davam este lugar ao povo negro. Seria este útil apenas para ser escravizado e desumanizado? Não seria este merecedor de uma vida minimamente humana? Ou seria apenas o fato de que não os queriam mais e talvez deixar a mercê e seria uma forma de higienizar, ou melhor embranquecer o Brasil, embranquecimento pautado no incentivo da imigração europeia, “o trabalho livre não contou como uma fonte de libertação do homem e da mulher negros: ele os coloca em competição com os imigrantes em condições desiguais” (FERNANDES, 1989, p. 21).

O abandono do povo negro escancara que naquele momento a mercadoria (negros e negras) perdera a validade/utilidade, pois já que os proprietários do meios de produção (como no caso os donos das fazendas, etc.) não “poderiam” mais sugar até à morte sem a menor possibilidade de remuneração, também não pagariam, agora, por algo que anteriormente fora seu.

O imigrante branco, por sua vez, ainda que exposto a condições precárias de trabalho, desenvolvia suas atividades em troca de um salário advindo da venda de sua força de trabalho. Em contrapartida como evidencia Nascimento (2020),

Após a abolição formal a 13 de maio de 1888, o africano escravizado adquiriu o status legal de “cidadão”; paradoxalmente, no mesmo instante ele se tornou o negro indesejável, agredido por todos os lados, excluído da sociedade, marginalizado no mercado de trabalho, destituído da própria existência humana. Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de 300 milhões de africanos, a maneira com os africanos foram “emancipados” em nosso país não ficou atrás com prática de genocídio cruel. Na verdade aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava; uma perfeita transação realizada por brancos, pelos brancos e para o benefício dos brancos (NASCIMENTO, 2020, p.87).

Percebemos as desigualdades latentes na sociedade brasileira, demarcando este pequeno ponto no que diz respeito às desigualdades históricas oriundas do período escravocrata. Como demarca Moura (1983) a condição dada ao povo negro era a de não pertencimento. “O negro tem que ser apenas um cidadão sem raízes culturais, sem historicidade. Apenas um ex-escravo” (MOURA, 1983, p.25).

Após a escravidão (...) foi jogado a periferia do sistema para ser mantido na faixa da marginalidade compulsória, e, com isto, manter os trabalhadores engajados no processo de trabalho recebendo baixos salários. Com isto, mantém-se a taxa de lucro máximo das multinacionais, controladoras, praticamente, do mercado de trabalho brasileiro naquilo que ele tem de mais significativo e dinâmico (MOURA, 1983, p. 12).

Identificamos que o processo da abolição, assim como todo o processo que ocorre no Brasil, ao que se refere à requisição da força de trabalho, se dá de forma completamente conservadora, mantendo sempre o interesse de uma classe e excluindo qualquer avanço que poderia haver para outra. Este acontecimento deu-se principalmente levando em consideração interesses de países europeus, subordinando sempre as ações ocorridas no Brasil, à atender reivindicações vindas lá, mas não desconsiderando, como destaca Fernandes (1989) que a conquista pela liberdade não é uma dádiva mas sim uma conquista.

A escravidão não impediu que o seu agente de trabalho e a sua vítima construísse sua própria história, independentemente dos mitos consagrados pela “história oficial”. A liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista. Essa conquista pressupõe que os negros redefinem a história, para situá-la em seus marcos concretos e entrosá-la com seus anseios mais profundos de auto emancipação coletiva e de igualdade racial (FERNANDES, 1989, p. 34).

### ***Pretas Trajetórias<sup>21</sup>***

*“ (...) Abominada seja a falsa abolição  
Que alimentou em nós o sentimento de ingratidão  
Pela libertação que explodiu de rebeliões em senzalas  
Não por bondade europeia da branquitude atrasada  
O inferno é branco. Mais Exu foi o escolhido  
Pra ser o diabo africano o filho preterido  
Quem desce o chicote é visto como o redentor  
Enquanto a mulher preta objeto pro o senhor  
Se é nossa carne quem sustenta  
essa corrente  
Levantemos o punho de maneira consequente  
A polícia herança colonial  
Fazendo a segurança do apartheid social*

---

<sup>21</sup> A presente letra constitui uma música feita por jovens negros e negras, pertencentes a classe trabalhadora e integrantes de movimentos de luta no município de Mariana-MG. Para maiores impressões e reflexões consultar Pretas Trajetórias. Disponível em: <<https://youtu.be/H2Hy-PELD6I>> Acesso em 26 Jul. 2021

*Tomei o centro não serei interrompida  
Com a burguesia em choque querendo tirar minha vida. Marielle Vive!  
Em mim, Remanescente e de pé  
Na folia dos reis a cor do santo eu sei qual é. PRETA! “  
(RAYELE SACRAMENTO, 2021)*

## **CAPÍTULO 2 - A MINERAÇÃO NA REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO SOB OS MARCOS DO CAPITALISMO**

No presente capítulo falaremos sobre o modo de produção capitalista em vigência, dando ênfase ao capitalismo e suas particularidades na América-latina, as quais condicionam este chão à condição de dependência em relação aos países de capitalismo central - países imperialistas.

Abordaremos a mineração de minério de ferro e como as condições do racismo estão presentes desde o período colonial nas relações de trabalho, pautando e conformando na atualidade a superexploração da força de trabalho, a precarização do trabalho e os baixos salários, trazendo a realidade local e as consequências dessa relação de trabalho não só para o gênero humano (homem), mas também para a natureza.

### **2.1 O modo de produção capitalista enquanto modo de produção hegemônico no globo.**

O capitalismo é um sistema em que uma classe domina e explora a outra, e portanto, a classe dominante visa a obtenção de lucro e mais valor. Ancorado no interesse e na busca pelo lucro, os seus principais pilares se dão pela exploração do homem pelo homem a partir do papel e lugar que ocupam nas classes antagônicas fundamentais de tal sistema produtivo e na propriedade privada dos meios de produção. Este modo de produção é hegemônico no globo e configura as esferas da produção e reprodução social.

Nos dias atuais vivenciamos além das crises cíclicas do capitalismo, amplas e profundas crises estruturais. Deparamos-nos nos tempos atuais com uma crise estrutural, profunda e inerente ao próprio modo de produção capitalista. Como tal, esta crise afeta um expressivo conjunto da humanidade (a classe trabalhadora), exigindo, para que o capitalismo consiga garantir sua sobrevivência, mudanças na maneira pela qual o conjunto social é controlado, bem como, medidas que garantem a retomada das taxas de lucro.

O sistema do capital, enquanto totalidade, possui seus pressupostos, e seu desenvolvimento consiste, precisamente, na subordinação da classe trabalhadora, que sofre diariamente e diretamente com a alta taxa de exploração, além da exploração, apropriação e destruição dos meios naturais.

Mészáros (2009) em seu livro - A crise estrutural do capital - através de elementos fundamentais de sua análise, sustentada na tradição marxista, apresenta-nos o fato de que

o capital continua a ser um sistema estruturalmente em crise, o que torna a presente convulsão expressão atual de uma crise generalizada que “vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

O sistema capitalista é permeado e estruturado por crises. De acordo com Huberman (2010, p. 207), “[...] parte e parcela de nosso sistema econômico; é caracterizado não pela escassez, mas pela superabundância. Nela, os preços, ao invés de subirem, caem [...] nessas crises uma grande parte, não só dos produtos existentes, mas também das forças produtivas anteriormente criadas, é periodicamente destruída.” Sobre esse devido aspecto, analisando o contexto contemporâneo, Mézszáros (2009, p. 48) argumenta:

O que hoje estamos vivenciando não é apenas uma crescente polarização – inerente à crise estrutural global do capitalismo atual – mas, igualmente, o que multiplica os riscos de explosão, o colapso de uma série de válvulas de segurança que cumpriam um papel vital na perpetuação da sociedade do mercado.

Consequentemente, a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade. Aqui cabe assinalar que as instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas: são edificadas sobre a premissa fundamental que prescreve a “guerra, se fracassam os métodos ‘normais’ de expansão”.

Nessas ocasiões não existe a escassez dos fatores de produção, as indústrias contam com a maquinaria específica, matéria-prima e os trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência. Entretanto, nada será feito pelos capitalistas a não ser que pressuponham gigantesca possibilidade de lucro. “No sistema capitalista, as mercadorias não são produzidas para uso, mas para troca – com alto índice de lucro” (HUBERMAN, 2010, p. 209).

Com o avanço da inclusão das tecnologias à produção (por meio da utilização das máquinas) gera-se a redução da utilização de trabalho vivo colocando limites ao impulsionamento de mais-valia, o que apresenta de forma clara a lógica contraditória do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a interrupção do movimento do capital gerou uma retomada das crises inerentes a esse modo de produção (MANDEL, 1985).

Nesse viés, o capitalismo experimentou uma crise sistêmica na década de 1970 cujas consequências se espalham até os tempos atuais. Netto (2012) aponta essa crise como sistêmica devido ao fato de não ter sido uma crise que se manifestou somente quando a acumulação capitalista teve alguns obstáculos ou foi impedida. Foi uma crise

mais ampla que se manifestou envolvendo toda a estrutura da ordem do capital. E como afirma o autor, as crises “não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta... mais capitalismo” (NETTO, 2012, p. 415).

Fazendo um resgate histórico, onde os grandes países imperialistas buscavam e alcançaram entre os anos de 1945 até meados de 1970, período de prosperidade, marcado por reconfigurações da produtividade do trabalho, condicionando uma nova repartição de renda entre capitalistas e trabalhadores favorecidos pela revolução tecnológica, esse período garantiu uma ligeira expansão do comércio mundial e a criação dos monopólios. Trata-se do imperialismo que busca exercer através da sua expansão - sob países dependentes - domínio territorial, cultural, econômico, ideológico, etc. Como nos indica Petras (2007, p.26):

A globalização ou a expansão imperialista não é simplesmente a “disseminação” de uma ideologia e sua imposição pela força ou pela persuasão. Há uma pré-condição - a existência de elites políticas e burocráticas, e setores importantes da classe dirigente, que possuem um interesse político e econômico comum e a capacidade para articular a ideologia e implementar as políticas pró-imperiais.

O processo de desenvolvimentismo em meados da década 1940 no Brasil, foi um dos principais meios para a aceleração do crescimento econômico e industrial no país, pois devido ao modelo agro-exportador acarretou-se um tardio desenvolvimento industrial. O avanço da industrialização latino-americana, corresponde desta forma, segundo Marini (2005), um dos elementos que compõe um processo amplo, do globo como um todo, a nova divisão internacional do trabalho, em que para este território, mantiveram-se ao passar dos anos, etapas inferiores da produção industrial.

De acordo com Marini (2005), a nova divisão internacional do trabalho, faz e pressupõe que alguns países adquiriram uma dívida externa em relação aos países de capitalismo central, como é o caso do Brasil. Partindo deste mesmo entendimento econômico-político estruturante do capitalismo dependente, Galeano (2015, p. 199) utilizando-se de uma linguagem literária-jornalística-ensaística, afirma:

O crescimento fabril da América Latina, em nosso século, foi determinado no exterior. Não foi gerado por uma política planejada e direcionada ao desenvolvimento nacional, nem coroou a maturação das forças produtivas, nem resultou da erupção de conflitos internos, já “superados”, entre os terratenentes e um artesanato nacional que morreu pouco depois de nascer. A indústria latino-americana nasceu do próprio ventre do sistema agroexportador, para responder ao agudo desequilíbrio provocado pela queda do comércio exterior. De fato, as duas guerras mundiais e, sobretudo, a

profunda depressão que o capitalismo sofreu a partir da explosão da sexta-feira negra de outubro de 1929, causaram uma violenta redução das exportações da região, e em consequência fizeram cair, também de repente, a capacidade de importar. Os preços internos dos artigos industriais estrangeiros, subitamente escassos, subiram verticalmente. Não surgiu, então, uma classe industrial livre da dependência tradicional: o grande impulso manufatureiro proveio do capital acumulado em mãos dos terras-tenentes e dos importadores. (...) Os fazendeiros do café aplicaram na industrialização de São Paulo boa parte de seus capitais acumulados no comércio exterior: “Diferentemente da industrialização nos países desenvolvidos”, diagnostica um documento governamental, “o processo da industrialização brasileira não se deu paulatinamente, inserto num processo de transformação econômica geral. Foi um fenômeno rápido e intenso, que se sobrepôs à estrutura econômico social preexistente sem modificá-la por inteiro, dando origem às profundas diferenças setoriais e regionais que caracterizam a sociedade brasileira”.

Ainda hoje, o pensamento de Ruy Mauro Marini (2005) nos ajuda a pensar e compreender a natureza e essência da dependência e suas implicações no cotidiano e vida da classe trabalhadora. O incremento da indústria no século XIX, nos países centrais, se fez às custas do fornecimento de produtos de subsistência de origem agropecuária e da massa de matérias primas proporcionadas, em grande parte, pelos países latino-americanos. Ao mesmo tempo, há uma elevação da produtividade nos países centrais, enquanto as funções que a América Latina cumpre na economia mundial transcendem a mera resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação dos países industriais (MARINI, 2005).

Como Marini (2005) nos apresenta, a troca é desigual, e a dependência se destaca e se fundamenta em dois grandes determinantes que perpassam as classes sociais e as lutas sociais, sendo eles: a superexploração da força de trabalho, em que ocorre a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e via pagamentos de baixos salários; e no subimperialismo.

Em meio a isso, considerando que a classe trabalhadora, é sujeitada a péssimas condições de trabalho e sem maiores direitos, decorre o amplo crescimento da desigualdade econômico-social e o acirramento das contradições entre as classes antagônicas, o que resulta na inserção da classe trabalhadora nas lutas sociais em busca por melhorias e mais justas condições de trabalho e no surgimento dos movimentos sociais.

Vivemos em uma sociedade onde o público se mistura com o privado e o Estado que deveria garantir os direitos de toda a classe trabalhadora, atua de forma a garantir os grandes lucros e privilégios do capital - como indica Mészáros (2009). Para que o capital continue se reproduzindo ele precisa da criação da ideologia apologética ao sistema estrutural capitalista, uma vez que não pode continuar se reproduzindo sem o apoio do

Estado - com privatizações, ataques aos direitos conquistados pelo proletariado (como todas as contrarreformas ocorridas no Brasil). Além de agir de maneira repressora e criminalizante para com a classe trabalhadora e suas estruturas organizativas e coletivas, sendo a própria organização da sociedade repressiva e a intolerância institucionalizada (MÉZÁROS, 2009)

O contexto social da América Latina nos tempos de hoje reflete o seu passado sócio-histórico - como já mencionado no início deste trabalho - pautado na condição de colônia, no extermínio de povos nativos e escravização dos mesmo e de tantos outros.

A partir desse cenário, Galeano (2015), em sua célebre obra literária-jornalística “*Veias Abertas da América Latina*” destaca a importância da soberania da nação latino-americana, e uma articulação entre os países - pois os países-latino americanos fazem barganha mais entre os grandes impérios (EUA e países europeus) do que entre si - para que com as articulações seja possível desencadear um contexto de proteção às riquezas latinas, a fim de superar o que hoje está colocado em toda a realidade do continente, no que diz respeito às riquezas que são apropriadas pelos países imperialistas, como por exemplo os Estados Unidos, vejamos a seguir:

Na América Latina, os capitais norte-americanos se concentram mais intensamente do que nos próprios Estados Unidos; um punhado de empresas controla a imensa maioria dos investimentos. Para elas, a nação não é uma tarefa a ser empreendida, nem uma bandeira a defender, nem um destino a conquistar: a nação nada mais é senão um obstáculo a saltar – às vezes a soberania incomoda – e uma sumarenta fruta a devorar. Para as classes dominantes dentro de cada país, constitui a nação, pelo contrário, uma missão a cumprir? O grande galope do capital imperialista encontrou a indústria local sem defesas e sem consciência de seu papel histórico. A burguesia se associou à invasão estrangeira sem derramar lágrimas nem sangue; e quanto ao Estado, sua influência na economia latino-americana, que se debilita há duas décadas, reduziu-se ao mínimo graças aos bons ofícios do Fundo Monetário Internacional (GALEANO, 2015, p. 199)

Percebemos desta maneira o quanto as nações imperialistas, de capitalismo central dão os ditames sobre os países latino-americanos e os subordinam a uma dura realidade pautada no encarceramento em massa do seu povo, desemprego estrutural dentre tantas outras expressões da barbárie, para garantir a perpetuação da sua hegemonia capitalista, em que a riqueza socialmente produzida é apropriada pela burguesia local, e pela burguesia internacional. O Estado que também se apropria de parte da riqueza socialmente produzida intervém via fundo público na reprodução social através de políticas públicas. A partir de seus posicionamentos classistas, age de forma muito desigual na distribuição dos recursos do fundo público, fazendo com que a classe trabalhadora não tenha acesso efetivo àquilo que produz, uma vez que grande parte é

destinado ao capital e seus expoentes, principalmente ao detentores de títulos da dívida pública.

Devemos ter em mente também o fato que, de acordo com Galeano (2015), o capital não investe em tecnologia onde há mão-de-obra barata para ser explorada - “as casas matrizes, por certo, nunca proporcionam às suas filiais as inovações mais recentes, tampouco estimulam uma independência que não lhes seria conveniente” (GALEANO, 2015, p. 402) - sendo esta a realidade da América Latina. Podemos citar - vários exemplos para compreender a falta de investimento tecnológicos e a superexploração da classe trabalhadora latino-americana, destacamos, no entanto, a área da mineração uma vez que nosso estudo trata desse tema. Nesse contexto produtivo em nível mundial é possível perceber que o salário do trabalhador brasileiro, latino-americano é proporcionalmente muito inferior ao trabalhador da mineração no Canadá, por exemplo.

Devido a essas características do modo de produção capitalista não é de se esperar algo diferente no que se refere à pobreza e seu enfrentamento. A pobreza é estrutural, funcional para o modo de produção capitalista, mas é tida como natural, contudo onde há acumulação de riquezas existe ao mesmo tempo um grande acúmulo de miséria, deste modo [...] a pobreza jamais pode ser analisada, nesta perspectiva, separadamente da riqueza, pois se trata de unidade contraditória de opostos” (SIQUEIRA, 2013, p.163). Hoje o que é produzido é apropriado apenas por uma classe.

De acordo com Siqueira (2013), a pobreza para Marx não é apenas um aspecto marginal ou um problema de ordem natural, trata-se de um elemento central e fundante da acumulação capitalista. Para entender a pobreza na sociedade capitalista, segundo essa perspectiva, é necessário conhecer as determinações impostas historicamente pelas contradições próprias desse modo societário. Essas determinações constituem a realidade na qual os sujeitos empobrecidos se encontram. Nesses termos, Siqueira nos diz que:

A pobreza, no modo de produção capitalista, não pode ser lida como um fenômeno isolado, distante da relação social posta por essa sociedade (que se mantém sob os pilares da contradição de classes, uma relação entre aqueles que vendem sua própria força de trabalho e aqueles que a compra) (SIQUEIRA, 2013, p. 16).

Levando em consideração a fase do capitalismo que estamos vivenciando hoje, a pobreza, assim como muitas das expressões da “Questão Social” é dada como um problema de planejamento, sendo resolvida através de meios como a filantropia, moralismo, individualismo e acredita-se ainda que a educação por sua vez é capaz de ocasionar na superação deste “problema”. Porém, a educação possibilita em determinadas

questões um avanço na esfera individual e não necessariamente no coletivo, é necessário portanto uma forma de educação que possibilite a conscientização dos indivíduos enquanto classe. Montañó (2012), faz uma análise acerca das concepções de pobreza e “questão social” no modo de produção capitalista.

Primeiramente, a pobreza no pensamento burguês estaria vinculada a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é visto como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (mal-gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.) (MONTAÑO, 2012, p.272).

Assim como nos apresentou Montañó (2012), o pensamento burguês parte do princípio da naturalização da pobreza colocando-a como algo dado. “Surgem com isso as bases para o desenvolvimento de concepções, como a da “cultura da pobreza”, onde a pobreza e as condições de vida do pobre são tidas como produto e responsabilidade do limites culturais de cada indivíduo” (MONTAÑO, 2012, p.272).

Analisar a pobreza de modo separado da sociedade e sociabilidade que a produz e a conduz para o campo da moral, é afastar-se do debate sobre a “questão social” fundada no capitalismo, sendo esta fruto da contradição capital x trabalho. A pobreza só pode ser explicada na sociedade capitalista vinculada à contradição de classes presente na sociedade como um todo, levando em consideração o processo político e social da conjuntura Brasileira que cada vez mais precariza o serviço público, através de privatizações dentre outras medidas, gerando limitações em orçamentos e estruturas de um modo geral.

Portanto é de grande importância o entendimento de que pobreza não se findará neste modelo societário, pois é este modelo que trata de produzir e reproduzir a pobreza e suas diversas refrações. Não será o enfrentamento da pobreza via políticas sociais e públicas que acabará com essa expressão da “Questão Social”. Segundo Netto, (1998), a ultrapassagem da pobreza só será possível em condições em que se suprima a sociedade capitalista.

## **2.2 A condição de dependência e superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora negra**

No atual cenário deparámo-nos com uma crescente e assustadora onda conservadora que vem causando gigantes danos na sociedade. A barbárie é um estágio do capitalismo que se espalha para todas as esferas da sociedade. Infelizmente, existe a

naturalização da miséria, da injustiça, dos preconceitos dentre tantas outras expressões da crise civilizatória que vivenciamos.

Com o avanço das ideias neoliberais, ganha espaço o discurso vitorioso do capitalismo. Tem-se uma realidade ideológica em defesa dos interesses do capital, favorecendo os monopólios, em detrimento dos trabalhadores, realidade essa, coberta por um discurso de direitos individuais. Tem-se a naturalização da desigualdade social, incentiva-se a busca pela eficiência, individualidade e competitividade no mundo globalizado.

O capitalismo na América Latina se conforma de maneira a atender as imposições colocadas pelos países imperialistas, assim como ocorria durante o período colonial. Devido ao alto índice de envio de recursos naturais aos países imperialistas, os demais países, com um capitalismo dependente e subordinado utilizam da superexploração da força de trabalho para promover uma compensação financeira ocasionada pelo processo de troca desigual<sup>22</sup>.

Marini (2005) evidencia que a relação entre os países imperialistas e aqueles considerados de capitalismo dependente se dá na forma de subordinação entre nações formalmente independentes, configurando a dependência.

No Brasil cada vez mais a modernização sob o caráter da dependência configura um “prolongamento permanente da colonização”, uma vez que se continua a atender as necessidades de outros países, onde os mínimos avanços sociais alcançados já é muito para essa estrutura autoritária a qual estamos submetidos, cheia de questões do passado em nosso presente. Portanto, não é de fato algo surpreendente o fato de que a única constituição brasileira – a Constituição Federal de 1988 – conhecida como “Constituição Cidadã” que garante o mínimo de acessos a direitos essenciais à classe trabalhadora, sofra diversos ataques e desmontes que prejudicam fortemente a classe trabalhadora em seu conjunto.

O capitalismo dependente situa-se historicamente sobre e a partir da relação de classe e raça, portanto romper com esta condição racial, social, cultural, econômica e política imposta desde as classes dominantes é um caminho necessário e urgente para a ruptura com o próprio capitalismo e a sociabilidade que engendra.

---

<sup>22</sup> (...) transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. (MARINI, 2005, p. 8).

Os avanços, pequenos, que ocorrem são devido a grande pressão e posicionamento da classe trabalhadora que possui capacidade de desenvolver uma luta com excepcional importância, então, é permitido que algo mude para que a estrutura permaneça intacta. Esses são os limites da democracia e da cidadania da ordem burguesa.

Um exemplo são as políticas públicas que se originam com o desenvolvimento do capitalismo e sua ascensão. Nas palavras de Montañó (2007, p.39) surge como “[...] instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora”. As políticas sociais - são um tipo de política pública. Esta envolve tudo que o estado faz, contando ou não com a participação popular, para fazer valer o direito coletivo. Políticas sociais inscrevem-se no âmbito específico do direito social (educação, saúde, habitação, etc) - surgem com a mobilização da classe trabalhadora no século XIX, com o surgimento destes movimentos populares é que se passa a compreender que as políticas eram uma estratégia do governo. No Brasil as políticas sociais emergem no final da república velha conquistando espaço no governo de Getúlio Vargas com as suas abrangentes políticas de direitos sociais e trabalhistas implementadas em seu governo graças às mobilizações de lutas do povo. Em meio a isso, com a inserção da classe trabalhadora, sujeita a péssimas condições de trabalho e sem direitos, houve um amplo crescimento da desigualdade e acirramento das classes antagônicas, resultando na inserção da classe trabalhadora nas lutas sociais em busca por melhorias e mais justas condições de trabalho e o surgimentos dos movimentos sociais. O que nos mostra que não há políticas sociais desligadas das lutas sociais, assim afirma Faleiros:

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. (1991, p.8).

As políticas públicas vem como uma resposta do Estado às necessidades da sociedade. Vivemos em sociedade regida pelo modo de produção capitalista onde os problemas advindo da mesma são apenas uma das múltiplas expressões da “questão social”, que estão cada vez mais inerentes aos nossos olhos, onde as políticas públicas são aplicadas de um modo afim de “sanar”, ou até mesmo “maquiar” todos os problemas existentes na sociedade.

Em geral é reconhecido que a existência de políticas sociais, é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, de específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se. Evidentemente que não desde os seus

primórdios, mas quando se tem um reconhecimento da questão social inerente às relações sociais nesse modo de produção, vis à vis ao momento em que os trabalhadores assumem um papel político e até revolucionário. (Behring 2007, p.14).

Levando em consideração a realidade brasileira, que é o foco principal do estudo aqui apresentado, bem como a questão racial e a mineração extrativista que é um importante meio econômico, mas também exploratório e destrutivo dos meios naturais e do gênero humano, percebemos o quanto há barreiras impostas e situações em nossa sociedade que dividem e enfraquecem principalmente o povo negro.

O extermínio da população negra acontece majoritariamente durante a juventude<sup>23</sup>, a vida antes mesmo de começar muitas vezes é interrompida pelo racismo que impede que a negritude floresça e se desenvolva. Somos maioria em detenção, em adoção e minoria em cargos de representação.

Na realidade brasileira existem diversos fatores que nos levam a pensar e cada vez mais a refletir sobre a questão racial. Se analisarmos a mineração neste solo de diversos recursos naturais, percebemos que expressivamente a força de trabalho utilizada para a realização do trabalho, fora, como ainda é, força de trabalho do povo negro, hora na condição de escravizado hora “livre” para vender a sua força de trabalho.

Existe a falta de conhecimento, ou melhor, uma negação a reconhecer as barreiras que o povo negro sofre dura e cotidianamente, como nos traz Fernandes (1989), as mesmas se manifestem de várias maneiras e são muitos fortes.

(...) aqueles que conseguem varar as barreiras sociais, qualificando-se como técnicos ou como profissionais liberais, logo se defrontam com barreiras raciais. Promoção, reconhecimento de valor e acesso a vários empregos são negados por causa da condição racial, embora os pretextos apresentados escondam as razões verdadeiras. Para a massa da população negra a questão é ainda mais grave que para suas elites. Ela se vê expulsa da sociedade civil, marginalizada e excluída. E defronta-se com o peso de um bloqueio insuperável e de uma forma de dominação racial hipócrita, extremamente cruel e camuflada, que aumenta a exploração do negro, anula suas oportunidades sociais, mas, ao mesmo tempo, identifica o Brasil no qual reina a harmonia e igualdade entre as raças. A armadilha faz a cabeça do negro, que se desorienta e com frequência acaba capitulando, como se ele fosse responsável pelos ‘seus fracassos’. (FERNANDES, 1989, p. 21).

---

<sup>23</sup>Para maiores informações e reflexões, consultar: O genocídio da juventude negra brasileira: Um olhar crítico sobre o valor da vida. Excelente trabalho de conclusão de curso da companheira Simone Cristina Caitano. Disponível em: link de acesso a ele no sisbim: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/1534>.

Relacionada às barreiras, Fernandes (1989) evidencia críticas ao mito da democracia racial, que é capaz de exemplificar a farsa de uma dita igualdade na sociedade de classes.

Os fatos – e não as hipóteses – confirmam que o mito da democracia racial continua a retardar as mudanças estruturais. As elites, que se apegaram a ele numa fase confusa, incerta e complexa de transição do escravismo para o trabalho livre, continuam a usá-lo como expediente para “tapar o sol com a peneira” e de autocomplacência valorativa. Pois consideremos: o mito – e não os fatos – permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas como são as desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas “sobem” – nunca “descem” – na pirâmide racial; e confunde as percepções e as explicações – mesmo as que se têm como “críticas”, mas não vão ao fundo das coisas – das realidades cotidianas (FERNANDES, 1989, p.11).

Conseguir ter este olhar sobre as relações sociais e entender a presença do racismo tão forte muitas vezes é uma quebra daquilo que é tido como o natural, não é para todos uma consequência de tomada de consciência, pois ao mesmo tempo requer de todos um conhecimento, estudo sobre o assunto. No Brasil temos diversas contribuições de escritoras e escritores negros que nos dão um forte embasamento para que consigamos avançar na compreensão da estrutura societária.

Fazendo um levantamento em escritos da Lélia Gonzalez (1988), percebemos como em um texto de poucas páginas conseguimos ter acesso a inúmeras informações e quebra de um conhecimento que nos prende em “bolhas” de informações rasas a respeito de nossa própria história no que diz respeito a formação social brasileira.

O racismo é estruturante do capitalismo. Desde a acumulação primitiva - destacado no primeiro capítulo deste trabalho - acompanhado e fundamentando uma hierarquização de raças situação que se perpetua na vida em sociedade ao longo dos séculos. Sendo parte de uma América Africana onde o racismo “à brasileira” martiriza suas testemunhas vivas – o povo negro - e toda a sua contribuição na formação cultural e identitária é encoberta pelo véu do embranquecimento (GONZALEZ, 1988).

O racismo é, antes de mais nada uma forma de controlar o povo negro, colocando a ideologia branca como a única e universal. Ao povo negro além de tanta exploração e quebra de uma vida livre foi aplicado ainda a negação da própria vida, da cultura – devido a fragmentação da identidade racial. A hierarquia colocada historicamente na sociedade garante a superioridade dos brancos (GONZALEZ, 1988).

Considerando tais determinantes histórico-econômico-raciais, podemos dizer que, no que diz respeito ao minério explorado nas terras brasileiras, mais precisamente terras

mineiras, agora é o minério de ferro, não mais o metal ouro, como fora no passado colonial.

Do ouro ao minério de ferro, o que a história registra é um irracional exaurimento da natureza e dos homens diretamente envolvidos nesses processos. Da condição de escravo à de trabalhador assalariado, o destino de milhares de indivíduos é ser exaurido pela lógica de sistemas produtivos voltados à expropriação e à espoliação, especialmente, no contexto extrativista que historicamente se pôs em curso neste tão rico território latino-americano (BERTOLLO, 2017, p. 137).

Após a abolição da escravatura os trabalhadores são “livres” para venderem sua força de trabalho, mas essa liberdade – como tudo no modo de produção capitalista – é limitada, pois são livres (considerando a realidade do quadrilátero ferrífero mineiro) para venderem sua força de trabalho para a “mineradora A” ou para a “(mineradora) B”, em outras palavras, livres para venderem para a empresa Vale/S.A, para a Samarco, para a CSN(...), isto não significa de fato trabalhar diretamente nestas mineradoras, muitas vezes significa, estar vinculado às empresas terceirizadas chamadas de empreiteiras, que prestam serviço a estas mineradoras.

Esse movimento de terceirização é nada mais que reafirmar a condição de superexploração da força de trabalho, é condicionar ainda mais a classe trabalhadora a péssimas condições de trabalho, a não possuírem a menor garantia de estabilidade de emprego ou benefícios ainda existentes e garantido aos trabalhadores diretos. O trabalho terceirizado assume características, tais como: são atividades com tempo curto para prestação de serviços, não vinculando o trabalhador por muito tempo em uma empresa, acontece em turnos, remunera mal, etc. Não é de espantar o fato de que a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras submetidos ao trabalho terceirizado na mineração sejam negros e negras.

Defendemos que a superexploração da força de trabalho se posiciona no contexto da mineração extrativista através de diferentes conformações das relações de trabalho, seja via pagamento de baixos salários, jornada de trabalho intensiva e prolongada, condição de desemprego conforme os ciclos produtivos, terceirização, flexibilização das legislações, baixa remuneração e enquanto fundamento da condição de dependência em que o país insere-se, assim, neste item, dialogaremos e demonstraremos acerca desta realidade (BERTOLLO, 2017, p.162).

Esta exploração socioeconômica é naturalizada, principalmente vinculando ao passado tão recente do país, o passado escravocrata. A burguesia brasileira atual é herdeira do período colonial escravocrata, e por isso vivemos em uma sociedade pautada no racismo para a contenção das massas.

Sabemos que as empresas trazem de outras localidades força de trabalho - ditas como mais qualificadas - para atuarem na região. Essa ação equivale e possui uma ligação direta com a requisição dos imigrantes europeus após a abolição da escravatura, perpetuando o preconceito a respeito da capacidade intelectual de negros e negras, continuando a reproduzindo o racismo e a exclusão do povo negro, empurrando-o aos subempregos, ao desemprego, condenando-o a miséria.

O racismo está presente também nas atividades referentes ao trabalho desenvolvido pelo povo negro, hora na condição de escravizado ou na condição de sujeito “livre”. Considerando todo o caminho percorrido até aqui, em que estamos evidenciando o contexto laboral na mineração na região do quadrilátero ferrífero no passado colonial e no presente sob os marcos do capitalismo, nos deparamos com o fato de que sempre o povo negro é localizado na base da relação de trabalho, com o empregos que mais exigem esforço do trabalhador e que desencadeiam o exaurimento de sua vida.

Na mineração o racismo se coloca, no condicionamento das piores condições de trabalho, fruto de uma descolonização interrompida e do domínio capitalista sob todos os âmbitos da vida, os trabalhadores se veem condicionados a péssimos empregos, não saindo desse ciclo vicioso, mantendo assim as desigualdades históricas e a perpetuação das classes antagônicas.

O Brasil, detentor de território de extensão continental e de notável diversidade geológica propicia à existência de jazidas de vários minerais, algumas de classe mundial, conquistou posição de destaque no cenário global, tanto em reservas quanto em produção mineral, esta tendo atingido no ano de 2014 o valor de US\$ 40 bilhões, o que representou cerca de 5% do PIB Industrial do país. No Comércio Exterior, a indústria extrativa mineral contribuiu com mais de US\$ 34 bilhões em exportações de minérios, sendo somente o minério de ferro responsável por US\$ 25,8 bilhões deste valor (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p. 5 apud BERTOLLO, 2017, p. 140).

Um fator que se torna necessário mencionar, ainda que de forma breve, e ainda que seja diversas vezes apenas a “ponta do iceberg” em meio a tantas desigualdades, é o baixo nível de escolaridade do povo negro. Devido a negação histórica de acesso aos direitos, o povo negro ainda não consegue ultrapassar as barreiras impostas pelo escravismo, principalmente devido ao racismo estrutural e funcional em nossa sociedade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dados referentes a 2020, mostram que cerca de 54% da população brasileira é negra, mas ainda segundo o jornal Folha de São Paulo (2019) apenas 4 em cada 10 jovens negros concluem o ensino médio, repito a cada 10 jovens negras e negros apenas 4 concluem o ensino médio. Este

fato evidencia o quanto a realidade do estudo e do conhecimento científico para o povo negro é ainda mais difícil e se pensarmos mais um pouco, se no ensino médio há este grande número de evasão, existe uma barreira gigantesca de acesso quando o assunto é o ensino superior. Podemos considerar, portanto o não acesso ao direito a educação como um dos inúmeros fatores que ainda acorrentam o povo negro.

Na corrida da vida existem obstáculos muitas vezes inimagináveis para aqueles que estão historicamente condenados pela tonalidade da pele. Um outro ponto a ser levantado é que ao contrário do que muitas vezes é apresentado principalmente pelas mídias, nós, povo negro, não somos minoria, mas sim maioria. Talvez esse discurso sobre sermos a minoria seja mais uma das inúmeras maneiras de se tentar controlar o povo negro na luta por igualdade/equidade.

A mineração na fase atual do capitalismo, na realidade brasileira em condição de uma capitalismo dependente, é um dos produtos/recursos naturais mais exportados pelo Brasil, uma vez que o mesmo é uma matéria-prima para a fabricação do aço, e está presente em quase todos os produtos vendidos no mercado.

Se pararmos um pouco para refletir iremos perceber o quanto a mineração se vincula em locais de “baixa renda” onde de maneira geral as características do local são de uma forma, uma maneira positiva para a garantia dos lucros extraordinários.

De modo geral, a extração mineral é realizada em regiões que apresentam baixa renda média, o que faz com que os postos de trabalho gerados pela mineração sejam superestimados em discursos das empresas mineradoras, tanto em relação aos salários quanto às condições de trabalho. Estes postos de trabalho são relativamente poucos quando comparados a atividades econômicas intensivas em mão de obra, isso é, geradoras de mais empregos. Ainda, boa parte é criada em condições de terceirização e tende a diminuir durante os ciclos de baixa nos preços dos minerais no mercado internacional. Deve-se considerar também o custo de oportunidade gerado pelo direcionamento de investimentos públicos à mineração, isto é, seria possível por meio do mesmo volume de investimento que o Estado ou a iniciativa privada incentivassem diferentes formas econômicas menos danosas e intensivas em mão de obra, mas o direcionamento dos investimentos públicos e privados para a instalação da mineração impossibilita a manutenção de outras atividades econômicas e a criação de alternativas (COELHO, p.3, 2017).

Portanto, cada vez mais, a mineração é fortemente causadora do acirramento e agravamento das desigualdades sociais nas regiões mineradoras. A riqueza socialmente produzida nas empresas é direcionada aos países de capitalismo central, assim como aconteceu com o ouro no século XVIII, acontece agora em pleno século XXI com a riqueza advinda do minério de ferro.

Como mulher negra, nascida e que viveu sua vida toda em Mariana-MG, um fator que sempre me chamou muita atenção é o fato de que em Mariana-MG - não desconsiderando as demais cidades do quadrilátero ferrífero mineiro, pois vivenciam situação semelhante - vive em função exclusivamente da renda provinda da atividade mineral a partir da extração e comercialização do minério de ferro, Mariana-MG passados séculos do período colonial, é uma cidade sem outros expressivos meios de arrecadação e não existe também um interesse das gestões políticas da cidade em promover uma mudança neste ponto, existindo assim, uma grande imposição por parte das empresas a fim de manter seus privilégios ou, pelo que estamos cansados de saber, um favorecimento político em licenças e autorizações referentes ao processo produtivo em detrimento de financiamento de campanha política.

Na situação de minério-dependência, por exemplo, a arrecadação municipal e a geração de empregos e renda, mesmo que relativamente pequenas, serão impulsionadas pela atividade na qual a estrutura produtiva está especializada, o que cria dificuldade em criar alternativas econômicas, uma vez que os investimentos públicos serão direcionados para a manutenção e incentivo da atividade principal (COELHO, p.3, 2017).

Ainda no que diz respeito à mineração em Mariana-MG, como mais uma marca sangrenta no território, tem-se o maior crime socioambiental já ocorrido no Brasil, o rompimento da Barragem de rejeitos da barragem de Fundão, em novembro de 2015. A barragem pertencente às mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, com o seu rompimento explicita o caráter violento e criminoso em que a mineração aqui acontece.

Constatou-se que a empresa negligenciou o cumprimento da legislação trabalhista relacionada à segurança do trabalho, submetendo trabalhadoras e trabalhadores a ritmo intenso de labor, valendo-se de terceirização ilícita e deixando de apresentar documentação comprobatória da adoção de medidas de segurança. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 204, apud BERTOLLO, 2017, p.123).

As perdas são inimagináveis, principalmente para os moradores das localidades que foram atingidos de forma direta com toda a lama, como é o caso dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo - além do município de Barra Longa que teve boa parte da cidade destruída, e tantas outras que foram atingidas com a falta de acesso à água ou com a poluição e morte do rio que providenciava o sustento e a sobrevivência dos que ali habitavam, como foi o caso do assassinato do Rio Doce.

Tal rastro de destruição, principalmente em sua forma subjetiva não pode ser medido nem ressarcido materialmente. Está marcado em cada indivíduo que

teve sua vida violentamente modificada, que teve sua vida dilacerada não apenas no momento do rompimento, mas cotidianamente. Segundo dados divulgados no mês de dezembro de 2016 pelo IBAMA, mais de 75% dos rejeitos de minério de ferro que estavam estocados na barragem de Fundão já vazaram. Ao longo de mais de um ano do rompimento 11,4 bilhões de litros de rejeitos continuaram vazando, o que demonstra uma ineficácia dos três diques de contenção construídos pela mineradora e em operação desde fevereiro de 2017 (BERTOLLO, 2017, p.198).

Este crime<sup>24</sup> evidencia como o capitalismo usa de terras de localidades que são tidas como terras em contexto menos desenvolvido para extrair aquilo que lhe interessa sem levar em consideração o contexto social, cultural e humano.

Um fator de extrema relevância é o fato de que as localidades existentes ao redor da barragem eram compostas majoritariamente pela população negra, principalmente as primeiras localidades atingidas pelo rejeito da mineração, o distrito de Bento Rodrigues e o distrito de Paracatu de Baixo. Nestas localidades, grande parte da população é negra. Este fato é evidenciado de acordo com Wanderley 2015 como racismo ambiental.

Desde o início da cobertura da mídia sobre a tragédia de Mariana (na televisão, nos jornais e, principalmente, na internet) saltaram aos olhos dos espectadores mais atentos um padrão de cor da pele no grupo de atingidos entrevistados e fotografados. A predominância de negros diretamente atingidos pela massa de lama oriunda da barragem, pelo menos aparentemente, parecia uma pista importante a ser considerada sobre a característica das comunidades soterradas ao longo do curso dos rios Gualaxo do Norte e do Carmo e sobre a possibilidade de um debate mais consistente em torno da noção de racismo ambiental. Essa noção contradiz o argumento de que os desastres socioambientais, e o de Mariana-MG especificamente (resultante da negligência da companhia mineradora), são igualmente distribuídos afetando do mesmo modo as diferentes raças e classes de renda. Todavia, o que se constata é que uma carga desproporcional dos riscos e dos impactos sociais ambientais recai sobre os grupos étnicos mais vulneráveis (p,01).

Essa condição de dependência à exploração do minério de ferro não deixa que exista por parte de muitos moradores da região, um vislumbre por um horizonte para além da mineração que está posta mesmo com tantas evidências negativas dessa exploração desacerbada e inconsequente desse atual modelo de mineração.

A minério-dependência está em evidência em diversas localidades do Brasil. Mariana, município mineiro onde ocorreu o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton, é um exemplo (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016). Parte da população de Mariana defende a volta imediata das atividades da Samarco, mesmo após o rompimento da barragem. O grupo que se reuniu em novembro de 2016 pedindo a volta das atividades da empresa em Mariana entendia que o

---

<sup>24</sup> O termo crime é utilizado para mencionar o rompimento da Barragem de Fundão. É também um posicionamento de legitimidade entre atingidos e manifestantes reconhecem e se referem, como é possível ver em notícias do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Para maiores informações consultar: <<https://mab.org.br/?s=crime>>

desemprego vinha aumentando na região devido à paralisação das atividades da empresa (COELHO, p.3, 2017).

Permanecendo a mineração como a principal atividade econômica da cidade, empresas mineradoras, por sua vez, ficam com uma larga vantagem no que tange a força de trabalho e ao exército industrial de reserva. Dominando o território domina-se também a força de trabalho que ali habita. Um exemplo que podemos citar foi o surgimento do movimento ocorrido após o rompimento da barragem em Mariana-MG, ‘Fica Samarco – Justiça Sim, desemprego não!’.<sup>25</sup>

Segundo (...), Duarte Júnior, a realidade vivenciada após o rompimento da barragem de Fundão impacta profundamente na arrecadação municipal e consequentemente na oferta de serviços sociais públicos. Afirma ele: “A paralisação da Samarco vai representar uma queda de 27% da nossa arrecadação, cerca de R\$ 6 milhões por mês”. Segundo dados da consultoria Fioito, a arrecadação da CFEM em Mariana-MG no período de janeiro a novembro de 2016, acumula uma queda de 16,4%, significando R\$ 83,71 milhões. (COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS, 2015) (BERTOLLO, 2017, p.159).

Dentre tantos fatores, nos defrontamos ainda com a terceirização como um fator cada vez mais comum e crescente na mineração. A terceirização na mineração caracteriza-se como a mostra livre da grande exploração da população local. É uma das formas de reorganização do capital, na qual uma empresa transfere para outra, as relações relacionadas aos direitos trabalhistas, visando a diminuição dos gastos e um aumento expressivo dos lucros. É importante esclarecer, que o Estado enquanto um âmbito privilegiado de defesa dos interesses do capital não desaparece, o que ocorre é a diminuição das suas ações interventivas, especialmente no que diz respeito aos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados.

Vale ressaltar que a extração mineral em larga escala é intensiva em capital e tecnologia, em detrimento do trabalho. A maioria dos postos de trabalho no setor mineral é temporária, sendo criada durante a etapa de construção da infraestrutura do complexo minerador e, portanto, sendo fechados após a finalização das obras. Segundo Zonta (2016), o setor empregaria cerca de três milhões de pessoas, das quais metade seria terceirizada (COELHO, p.3, 2017).

---

<sup>25</sup> Segundo a precursora do grupo, Poliane Freitas (comerciante), o argumento para tal mobilização pauta-se prioritariamente sobre a questão do desemprego. Justifica ela: “resolvi chamar atenção para a volta da Samarco, quando vi que meus familiares estavam bem assistidos pela empresa e Mariana afetada diretamente com a falta de emprego”. (FICA SAMARCO, 2016). Nessa mesma perspectiva, é apresentada na página do movimento em rede social a seguinte descrição sobre quem são e o que buscam: “Como cidadãos de Mariana, sabemos que a cidade precisa da mineração pra sobreviver. Queremos que Samarco fique, para que nossas famílias tenham como viver”. (FICA SAMARCO, 2016a), (BERTOLLO, 2017, p.212).

As empresas repassam - às cidades nas quais se instalam e exploram não só matéria-prima, mas também a força de trabalho - um valor mínimo se levamos em consideração todo o lucro alcançado pelas mesmas, onde de acordo com Coelho (2017), os maiores valores são repassados para a diretoria da empresa que,

(...) Em 2015, Mariana foi o município onde mais se arrecadou CFEM em Minas Gerais, totalizando R\$ 104 milhões (DNPM, 2015). O valor representou menos de 3,7% do lucro líquido da Samarco em 2014, que totalizou R\$ 2,81 bilhões, enquanto seus acionistas (Vale e BHP Billiton) receberam R\$ 1,81 bilhão (COELHO, p.3, 2017).

Este fato demonstra o motivo pelos quais em Mariana-MG exista um alto índice de desigualdade social, pois mesmo com uma arrecadação pequena em vista dos lucros aqui obtidos é a cidade que possui maior arrecadação da mineração de Minas Gerais, mas apresenta grandes índices no que diz respeito à pobreza, desemprego, fome, dentre outros.

(..) é expressivo o acesso aos serviços básicos de sobrevivência pela população marianense, no entanto, de maneira concomitante, a população vivencia condições extremas de sobrevivência, uma vez que cerca de “4,6% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (12,7% da população na extrema pobreza na área rural contra 3,5% na área urbana)”. Importante ainda evidenciar que tal condição tem relação direta com o analfabetismo, uma vez que esta é mais uma manifestação da negação de condições mínimas de reprodução da vida. Assim, “em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 6,0%. Na área urbana, a taxa era de 5,0% e na zona rural era de 13,8%”. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2016) apud (BERTOLLO, 2017, p.155).

Conforme notícia divulgada pelo site Capitalist, a empresa Vale/S.A, no segundo trimestre de 2021 declara um aumento de 12% no índice de produção do minério. A mesma, assim como as demais mineradoras que extraem recursos naturais e também superexploram a força de trabalho, atingem em horas, lucros exacerbatos (MACHADO, 2021).

Durante a aula em conjunto das disciplinas do curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto “Classe e Movimentos Sociais” e “Trabalho e Sociabilidade” em março de 2021. As falas de Bruno Teixeira, trabalhador da mineração na empresa Vale/S.A e, representante do Sindicato Metabase Inconfidentes, nos trazem reflexões acerca do trabalho nas empresas mineradoras da região, destaca ele que as relações de trabalho na mineração, exibiram, no que diz respeito a Vale/S.A, uma queda nos salários após a privatização, e relatou que há uma disputa de forças entre os trabalhadores e a mesma. “*A função social da empresa que era além de fornecer o emprego, fornecer também qualidade de vida e qualidade de vida nas cidades, a partir*

*da privatização isso se encerra, se encerra esse compromisso social das empresas”* (TEIXEIRA, 2021).

Se considerarmos as lacunas existentes nesse modelo de produção, percebemos o quanto, ao perder seu caráter estatal, as empresas assumem um papel completamente voltado para a obtenção de lucros exorbitantes e para os interesses externos. Bruno evidencia ainda que no ano de 2015, em média, um trabalhador com apenas uma hora e quinze minutos - dentro de uma jornada de oito horas - produz uma quantidade que já paga seu salário, não o bastante em 2018, ele relata que este tempo foi reduzido passando a ser apenas cinquenta e um minutos. Contudo, constantemente os salários e os benefícios são reduzidos e prejudicados, tudo se dá a partir da retirada de direitos (TEIXEIRA, 2021).

Percebemos que este movimento nada mais é do que o de retirada de qualquer empecilho a perpetuação deste modo de produção, que espraia a desigualdade através da distribuição desigual de riquezas socialmente produzidas.

Em Mariana-MG, temos constantemente as percepções dessa relação totalmente desigual no quesito da mineração extrativista. Um município com tantas riquezas não deveria apresentar dados tão alarmantes e negativos. A distribuição desigual da riqueza socialmente produzida é uma característica fundamental e fundante do modo de produção capitalista. Vemos em Mariana-MG a marca mais que registrada desta desigualdade tão pulsante.

(...) o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2005, p.07)

Com o lucro colocado como algo a acontecer a todo custo, cada vez mais a classe trabalhadora sofre de forma exacerbada a condição de superexploração da força de

trabalho, dos baixos salários condicionados a péssimas condições laborais. Temos ainda a crescente margem de desemprego que tanto afeta a classe trabalhadora negra. Os dados a respeito disso divulgados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD Contínua) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de março deste ano explicitam a desigualdade alarmante no que diz respeito à classe trabalhadora, com destaque para o povo negro e mulheres:

O percentual de desemprego entre as pessoas pretas foi de 17,2%, enquanto a dos pardos foi de 15,8%, ambas acima da média nacional (13,9%). Já a taxa dos brancos de (11,5%), ficou abaixo da média. Entre as mulheres foi de 16,4% (também acima da média) e dos homens ficou em 11,9%. Em média, a taxa de desocupação de 2020 cresceu 1,62 ponto percentual em relação ao ano anterior, mas entre pessoas pretas e pardas a alta foi maior, de 2,6 e 1,75 percentuais, respectivamente (ROCHA, CUT Brasil, 2021).

Neste sentido, percebemos o fator racial em todas as relações, principalmente naquelas que de alguma forma são meios capazes de realizar a garantia de sobrevivência e de reprodução material.

### **CAPÍTULO 3 - RELATO DE UMA MULHER NEGRA, MARIANENSE E PERTENCENTE À CLASSE TRABALHADORA: SEM EMPREGO O QUE FAREMOS?**

“Agora, peço licença, para trazer um relato e a *escrevivência*<sup>26</sup> da realidade na qual percebo todos os dias enquanto marianense”.

Ter compreensão do processo minerário e exploratório por estas terras nos faz, a cada dia, ter um olhar minucioso e cuidadoso por tudo aquilo que nos rodeia. Durante o decorrer desta pandemia da COVID-19, que tanto nos assombra e nos tira a cada dia, ou até mesmo hora: um pai, um irmão, uma mãe, um filho, um tio, um amigo, e que de uma forma ainda mais cruel afeta a classe trabalhadora, que considerando a sua formação em relação à questão racial, é composta majoritariamente pelo povo negro.

Voltando ao ponto em que estamos situados, um contexto de pandemia que afeta a classe trabalhadora, que é composta majoritariamente por mulheres, por pobres e negros, temos neste cenário, um acirramento das desigualdades aqui neste chão tão existentes e persistentes, o desemprego ainda mais crescente e a miséria ainda mais presente.

---

<sup>26</sup> Utilizarei deste conceito de Conceição Evaristo - mulher negra, mineira, escritora, professora, etc - para descrever minha vivência, a partir de um cotidiano complexo e que nos leva a reflexão.

Com o aumento do desemprego fica ainda mais difícil que a classe trabalhadora como um todo consiga garantir a sua sobrevivência e a dos seus.

Da janela da minha casa que dá de frente para o tão conhecido e falado, bairro Santo Antônio (Prainha), Mariana- MG, onde o que divide onde moro do referido bairro, é o Rio Ribeirão do Carmo, que corta toda a cidade, dividindo-a exatamente ao meio.

Vejo, dia após dia, a crescente busca pela sobrevivência através do rio. Há uma movimentação cada vez maior de trabalhadoras e trabalhadores no rio, que é contaminado (figuras 1 e 2)<sup>27</sup> - ora por esgoto que cai em seu leito, ora pelos rejeitos da mineração vindos da cidade de Ouro Preto-MG - na busca pelo abundante em outra época, e escasso ouro, ao garimpo ourives nos dias de hoje em nossa região.



Figura 1 - Rio Ribeirão do Carmo. Bairro Santo Antônio. Acervo da autora

---

<sup>27</sup> Nas presentes figuras é possível observar a grande poluição presente no rio e também nas margens do mesmo.



Figura 2- Margem do Rio Ribeirão do Carmo, bairro Santo Antônio. Acervo da autora

O elemento ainda mais importante e impactante que não devo deixar de mencionar, é o fato de que todos, repetindo, todos os trabalhadores que se arriscam na água contaminada são negros e residem no Bairro Santo Antônio.

A busca pelo ouro se dá de maneira manual, "arcaica". Os trabalhadores constroem os chamados canais (**Figura 3 e 4**) para fazer uma espécie de caminho dentro do rio, dentro dos mesmos, existe uma parte mais funda onde com a ajuda de ferramentas, todas de uso manual, mexem a fim de retirar alguma quantidade de ouro no fundo da demarcação. No decorrer dos canais há uma parte mais rasa onde colocam panos chamados de mantas<sup>28</sup> para que o ouro que porventura saia da parte mais funda, escorra para a mais rasa e se fixe nas mesmas.

---

<sup>28</sup> É o processo realizado para a retirada da prova, que consiste em descobrir a quantidade de ouro no local.



Figura 3: Canais para retirada do ouro. Bairro Santo Antônio. Acervo da autora

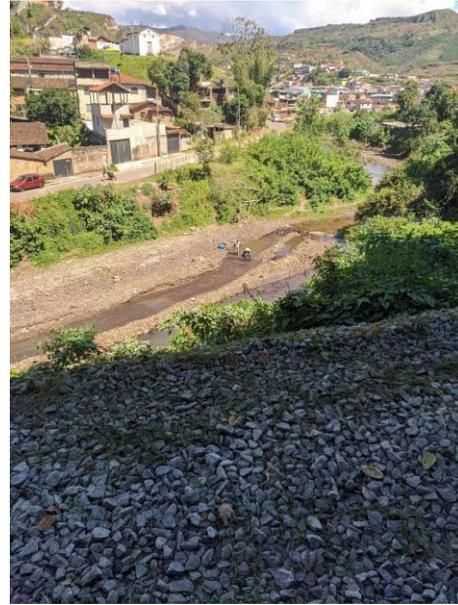


Figura 4: Trabalhadores na busca pelo ouro. Bairro Santo Antônio.

Todo o processo, desde a demarcação do local, a construção dos canais e a retirada das mantas, requer muito esforço dos trabalhadores, isso sem citar as duras horas de trabalho na água contaminada, no frio e no sol escaldante durante o dia.

Esta forma de mineração é proibida por lei, devido ao uso de material que é o chamado azougue, ou seja, as grandes mineradoras contaminam, matam não só o meio ambiente mas também vidas humanas, e diga-se, com respaldo e através da omissão do Estado, mas a população negra ao fazer esta atividade, que é um trabalho precarizado e recorrido para fins de garantir a sua vida e algum ganho de renda em caso de encontrar algumas gramas de ouro, corre todos os riscos já mencionados, e ainda correm o risco de terem todos os seus materiais apreendidos pela polícia.

Há uma quantidade de ouro que atrai os trabalhadores que ficam expostos a tantos riscos, mas qual seria esta quantidade? Mesmo com tantos avanços das forças produtivas, estamos condenados a arriscar nossas vidas? Será que ao povo negro resta retornar às características de trabalho do passado colonial para garantir sua sobrevivência?

Trazendo ainda para o campo mais pessoal, tenho em meu conjunto familiar trabalhadoras e trabalhadores que em momentos de grandes dificuldades também foram ao rio garantir sua sobrevivência. Meu pai, por diversas vezes teve que, através da busca pelo ouro no rio, garantir que tivéssemos condições de termos alimento na mesa e, outrora minha mãe nas abandonadas minas, para que tivéssemos materiais para irmos à escola,

isso sem trazer para este relato também a situação ocorrida com meus tios, primos, conhecidos e etc.

Que este modo de produção ao qual estamos submetidos nos últimos séculos, o capitalismo, é perverso, todos nós já sabemos, mas é de fato impressionante como essas perversidades sempre se transformam e aumentam. Considerando as desigualdades já mencionadas, o capitalismo, no que diz respeito ao exército industrial de reservas, possui, levando em consideração o Brasil, um exército majoritariamente formado por trabalhadoras e trabalhadores negros, que sofrem em condições de trabalhos precários, subempregos, ou pela falta de emprego, acarretando a fome, a pobreza, a violência, dentre tantas outras negações e privações como seus resultantes a partir da exploração da força de trabalho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras marianenses resta buscar uma forma de sobrevivência através da busca pelo ouro, neste rio, que antes de mais nada, tornou-se um esgoto a céu aberto, que adoce as pessoas. Busca essa que se explicita de modo crescente nesse período pandêmico.

Não há estudos sobre a quantidade de ouro ainda existente em nosso rio ou a porcentagem de poluição - seja pelo esgoto ou pelos resíduos de mineração.

Finalizo o relato com uma questão para que trazer uma reflexão: A falta de conhecimentos sobre o nosso passado impacta também, no conhecimento da nossa história, dos saberes advindos de nossos antepassados, sobre a nossa região e na naturalização das desigualdades aqui presentes.

## CONCLUSÃO

Levando em consideração o fato de que os homens fazem história com dadas condições históricas já existentes, a mesma existe independente da vontade dos homens, porém a história só existe porque os homens existem, e não seria diferente no Brasil. A realidade é contraditória e é a história que conforma o ser que por sua vez, está hoje condicionado às contradições do sistema. Vivemos em uma sociedade capitalista que embrutece as relações sociais e tudo subjuga.

No Brasil, a escravização de negros e negras impactou decisivamente na cultura e na vida de seu povo, principalmente do povo negro. Devido ao fator histórico que infelizmente ainda não foi superado, as expressões da “questão social” assumem particularidades específicas em cada formação social. Nesse sentido, ainda estamos inseridos em uma sociedade que possui sua formação pautada na subordinação de uma classe sobre outra, devido a condição social ou a tonalidade da pele, o que configura o racismo estrutural da sociedade brasileira e que interfere nas condições sociais da classe trabalhadora negra. Teremos, portanto, nas expressões e até mesmo na “questão social” o racismo enquanto sua determinação geral, uma vez que é estruturante desse modo de produção de mercadorias e da vida social.

Percebemos que as relações capitalistas no Brasil são permeadas de racismo, e requerem profissionais que compreendam e rompam com tais barreiras e estejam conscientes da importância do debate antiracista em sua constante formação, principalmente, no que diz respeito ao curso de serviço social da UFOP, localizado neste berço de exploração do ouro, do minério de ferro, e principalmente, do seu povo que é majoritariamente negro.

Negras e negros continuam excluídos e condenados a péssimas condições de trabalho. A questão racial é determinante e um dos estruturantes da mineração na região do quadrilátero ferrífero. Do passado ao presente, o lugar ocupado e relegado hegemonicamente ao povo é o da exploração da força de trabalho. No passado como uma mercadoria integralmente de posse dos senhores de escravos e no presente como força de trabalho assalariada.

O peso da escravidão no autoconhecimento do povo negro, afeta ainda hoje a sua condição de sujeito de direito e de ser pertencente a sociedade. Precisamos dizer e enfatizar todos os dias, que Vidas Negras Importam! Ao dizer, escancaramos o massacre ininterrupto e ancorado pelo Estado.

A luta antirracista deve ser pautada como algo coletivo compreendendo as amarras do racismo nessa sociabilidade, que através do apagamento étnico-cultural naturaliza as relações de extrema desigualdade e preconceito, colocando limitações aos avanços a classe trabalhadora, principalmente para a negra, afastando-a do conhecimento de sua história.

Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente [...] Nas lutas dentro da ordem, a solidariedade de classe não pode deixar frestas [...] Quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado (FERNANDES, 1989, p. 62-64).

No âmbito acadêmico, na realidade da UFOP, existem cursos, projetos de extensão, núcleos que trazem o debate étnico-racial para os membros da universidade e também para a comunidade externa. As temáticas tragas desmistificam a ideologia construída a partir de um pensamento burguês excludente.

O movimento de trazer para o debate questões como o racismo através da arte, da discussão, são fortes aliados na luta por uma verdadeira e ampla democracia racial. Pegando como exemplo temos o projeto de extensão Mineração do OuTro<sup>29</sup> que é vinculado ao curso de serviço social; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto (NEABI/UFOP)<sup>30</sup>; projeto de extensão Serviço social: Estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional<sup>31</sup> e tantas outras ações, núcleos e projetos são fortes armas de luta, que através do conhecimento e da tomada de consciência na forma de compreensão da história que nos antecedeu e configurou a formação social brasileira, para que assim consigamos avançar e projetar nossas ações.

---

<sup>29</sup> “Programa de cultura e crítica social que tem por objetivo contribuir com a “lavra” da riqueza mais autêntica das Minas Gerais: o próprio povo mineiro trabalhador. Delimita-se como público alvo a classe trabalhadora. Vincula e articula cinco ações: o curso Ontologia e Estética-Arte e Sociedade, os projetos Lavras de Versos bairro Santo Antônio, Lavras de Versos bairro Cabanas, Cine Faísca e a Mostra Silvio Tendler de Cinema. Articula teoria à ação na unidade das práxis sociais” (UFOP, 2020). Disponível em: <Mineração do OuTro - Programa de Cultura e Crítica Social | Pró-reitoria de Extensão e Cultura (ufop.br)> Acesso em: 29 de julho de 2021.

<sup>30</sup> “(...) desde o ano de 2005, tem desenvolvido, sistematicamente, uma série de atividades no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, relacionadas à temática étnico-racial tanto institucionalmente quanto na interlocução com a comunidade externa” (UFOP, 2021). Disponível em: <O NEABI - UFOP | NEABI – Núcleo de estudos Afro-brasileiros e indígenas> Acesso em: 29 de julho de 2021.

<sup>31</sup> Com início no ano de 2020, era um curso, passou a ser um projeto de extensão ampliando ainda mais as vagas. No momento está sendo realizado como uma ação interinstitucional entre as universidades: UFOP, UFF e UNIFESP. Tem como objetivo o debate e a construção de ações no enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional dando ênfase a particularidade da formação sócio-histórica brasileira.

Temos em Mariana, comunidades quilombolas, e diversas outras regiões que compõem a história do povo negro no município.

Conhecer o território ao qual estamos inseridos, é cordial para que tenhamos uma atuação profissional que avance em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Mariana, cidade que possui a grande parte de sua economia pautada na mineração extrativista que carrega nas suas veias heranças escravocratas, percebemos nas relações forte presença de coronelismo, clientelismo, e claro do racismo. No município vem sendo aplicada a política de precarização do trabalho impondo maiores dificuldades e menos direitos aos trabalhadores sendo quase uma regra a falta de auto organização por não ter vínculos empregatícios. O serviço social inserido nessa contradição entre capital e trabalho requer profissionais capazes de entender a relação estruturante do racismo e da mineração nessa sociabilidade. Em Mariana cada vez mais há a busca por este profissional que sem este estudo e entendimento não será capaz de compreender as requisições vindas da classe trabalhadora e tão pouco os reais motivos dessas partirem, em sua maioria, da classe trabalhadora negra.

Por fim concluímos que o capitalismo dependente situa-se historicamente sobre e a partir da relação de classe e raça, portanto romper com esta condição racial, social, cultural, econômica e também política imposta desde as classes dominantes é um caminho necessário e urgente para a ruptura com o próprio capitalismo em prol de uma sociabilidade justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana Elizabete [et al] (orgs). **Serviço Social e Saúde: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortês, 2007.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

**BRASIL. Lei 601, de 18 de Setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 25 Março. 2021.

**BRASIL. Lei 2.040, de 28 de Setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annul de escravos... Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm)>. Acesso em: 25 Março. 2021.

**BRASIL. Lei 3.353, de 13 de Maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104052/lei-3353-88>>. Acesso em: 25 Março. 2021.

Coelho, T. P. (2017) **Minério-dependência e alternativas em economias locais**. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(3), 1-

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. A empresa, o Estado e as comunidades. In: ZONTA, Márcio e TROCATE Charles (Org.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton**. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016. p. 183-228 (Coleção A questão mineral, v. 2).

CUT, Central Única dos Trabalhadores. **Taxa de Desemprego Maior entre Pessoas Pretas é Racismo Estrutural, diz Economista**, 2021. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/taxa-de-desemprego-maior-entre-pessoas-pretas-e-racismo-estrutural-diz-economist-777a>>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

GALEANO, Ed63uardo. Segunda Parte: 1) O desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes. 2) A estrutura contemporânea da espoliação. In: **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre, L&PM, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **A Categoria político-cultural de amefricanidade**. In Tempo Brasil. Rio de Janeiro, N°. 92/93(jan/jun). 1988b, p.69-82.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 22. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Marx, K. (1976), **O Capital**. Londres: Pelican Books and New Left Review.

MARX. Karl, ENGELS. Friedrich, **Manifesto do Partido Comunista**. In: FILHO. Daniel Aarão Reis (org.), et. al. O Manifesto Comunista 150 anos depois. Tradução de Victor Hugo Klagsbrunn. p. 7-41. Rio de Janeiro: Contraponto. 1998.

MÉSZÁROS, István. A necessidade do controle social. In: **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo. Boitempo, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese e “especificidades” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Serv. Soc. Soc. [online], 2012, n.110, pp. 270-287. ISSN 0101-6628. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>. Acesso em: junho de 2021

MOURA, Clóvis. Brasil: **Raízes do Protesto Negro**. São Paulo: Global Editora, 1983.

\_\_\_\_\_. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Editora Perspectiva SA, 2020.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica do Serviço Social; v.1).

PRADO JR., Caio. (2000), **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense. Saes, Alexandre Macchione; Marques de Saes, Flávio Azevedo. (2013), **História Econômica Geral**. São Paulo, Saraiva.

SILVA, Maicon Claudio da. **Da Senzala aos Mucambos: A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil**. 2013. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOBREIRA, Frederico. **Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais.** Quaternary and Environmental Geosciences, [S.l.], v. 5, n. 1, set. 2014. pp. 55 - 65. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abequa/article/view/34432/23233>>. Acessado em: 27 jul. 2021.

SOUZA, Rafael de Freitas e. **Trabalho e Cotidiano na Mineração Aurífera Inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana (1863-1927).** 2009. 476 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

XAVIER, Juliana Benício. **Dos Montes às Cavas: A emergência do ser coletivo obreiro na abolição.** 2020. 269 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.